



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 8 DE ABRIL DE 2024

Ata n.º 29

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e sete de março e aditamento de 2 de abril, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeiro Secretário em regime de substituição: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da Proposta de aditamento ao protocolo de colaboração celebrado entre o município de Albufeira, a Freguesia de Paderne e o Padernense Clube, para realização de obras de melhoramento e conservação do campo de futebol dos Montes Elóis no Parque Desportivo José Martins em Paderne; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 58.º Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, da proposta de alteração dos representantes do Conselho Municipal de Educação; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e Amplificação da Creche "Quinta dos Pardais" no âmbito do Aviso n.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e ampliação da Escola Básica Integrada de Ferreiras" no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023 - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, do PRR; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Ampliação da Escola



Básica Dr. Francisco Cabrita" no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023 - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, do PRR; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Albufeira" no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023 - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, do PRR; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento para Concurso Público para execução da empreitada de requalificação da EM526 desde a rotunda da Orada até ao limite do concelho, pelo valor base de 849.056,60€ + IVA; -

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento para Concurso Público para execução da empreitada de ampliação da rede de águas residuais domésticas e de Vale Pegas, pelo valor base de 1.687.254,00€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos para "Empreitada de repavimentação da rua do Município, Rua Miguel Torga e Rua Dunfermline-Albufeira"; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2023; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2023; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente à proposta de cedência gratuita do direito de superfície de uma parcela de terreno sito na Guia, à sociedade Mundo Aquático, S.A; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Alteração da Composição do Conselho Municipal de Segurança; -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Taxa Turística do município de Albufeira;-----



PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Teresa Cristina da Palma Neto, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Carla Cecília de Oliveira Agapito Valério, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Carlos Duarte Vieira Gabriel, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, de Paderne - João Ruaça e da Guia - Dinis Nascimento. -----

Faltas: Inês Mendonça, Helena Simões, Leonardo Paço e Cláudia Raimundo. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Teresa Neto, Carla Valério e Carlos Gabriel. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Desidério Jorge da Silva, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, queria começar por parabenizar a Câmara Municipal pelo Sea Fest que foi um sucesso absoluto. Também à eleição, à Assembleia da República, mesmo que indiretamente ao Vice-Presidente Cristiano Cabrita e parabenizar também a deputada Luna Silva, pelo resultado estrondoso do Chega nas eleições, que também é mérito dela, pelo trabalho que tem feito, seja na rua, seja aqui dentro. Vou às perguntas, sei que houve uma deliberação a dois de abril da Câmara Municipal e que, tem a ver com os TVDE, não sei se me pode explicar um pouco sobre a deliberação, porque parece que é uma restrição da circulação, e acho que, tendo tantos milhares de turistas e, obviamente, os residentes de sempre em Albufeira que, já está cheio de turistas, ter uma restrição à liberdade de escolha das pessoas, e por outro lado também de trabalho de outras pessoas, também não seja o ideal neste momento.



Temos os transportes públicos nos mesmos horários, não foi alargado, portanto, para evitar que as pessoas e os turistas, sobretudo na baixa, tenham de aguardar meia hora, uma hora, uma hora e meia, às vezes para um táxi. Depois, queria dizer para dinamizar também o centro histórico, a baixa e a parte da praça, porque também não fazer apoios a artistas locais para poderem eles ocupar alguns shows, espetáculos públicos, digamos assim, também a parte da praça pública não deixar que a animação fique só nas mãos dos privados, e a Câmara só intervenha fazendo grandes eventos, que estão sendo um sucesso extraordinário, portanto, é uma coisa que estou a perguntar. Outra coisa, há anos, não sei se dez anos atrás, a Câmara Municipal tinha se comprometido com um trabalho na requalificação da zona da Praça de Toiros, com a empresa Construções Lagarça, e não sei como está a decorrer, se houve alguma resolução, como ficou isso? Se a Câmara Municipal, digamos, a Praça de Toiros está ainda inativa e se houve alguma novidade, algum acordo, alguma coisa. Por último, queria saber, já que falei de artistas e como a Câmara às vezes dá reconhecimento a pessoas que têm feito um bom trabalho aqui para Albufeira, também venho pedir, já que falámos de artistas, um reconhecimento para um grande animador, o maior animador dos últimos dez anos da rua de Albufeira, que é o cantante Nuno Ess, que tem realmente feito tanto para atrair e animar os turistas. Se a Câmara Municipal pode também fazer algum reconhecimento. Parabelizo também a Câmara Municipal, sobre a candidatura ao desporto, a cidade desportiva, tomara que nós ganhemos, mas não se esqueça do campo de petanca. Obrigado." -----

Nuno Serra: "Muito boa tarde, é a primeira vez em cinquenta e quatro anos de vida que venho aqui à Assembleia Municipal, penso que a maior parte das pessoas que me acompanham provavelmente estão na mesma situação, não é uma situação de gravidade, digamos assim, do outro mundo, mas algo que nos fez cá vir e que é o seguinte: no pretérito dia um de abril, alguns de nós, no meu caso concreto, eu também recebi na minha caixa do correio uma notificação da Câmara de Albufeira, dando trinta dias para que fosse alterado o número de polícia relativamente ao prédio urbano onde eu resido e, no caso concreto, os meus vizinhos, exatamente a mesma coisa. Ora bem, a situação afeta todos os habitantes da Rua do Golfo, são cinquenta famílias, são cinquenta habitações, são cinquenta moradias. A questão realmente, em termos práticos, parece ser muito simples para a Câmara Municipal de Albufeira, eu desloquei-me à Câmara Municipal, falei com o senhor vereador Ricardo Clemente, que já hoje o vi aqui, já tive



o prazer de cumprimentar, a resposta pronto, não foi muito conclusiva, foi aquela que foi possível, eu compreendo perfeitamente, fui encaminhado juntamente com os meus vizinhos aqui presentes, para falar na sexta-feira seguinte. Portanto, na pretérita sexta-feira, com duas técnicas do município de Albufeira, que pertencem à Comissão de Toponímia, que tiveram a amabilidade de nos receber e de nos dar uma explicação sumária sobre a regras, mas a verdade é que, também não ficámos esclarecidos. Não ficámos esclarecidos naquilo que releva essencial, ponto número um, porque é que aconteceu? Foi-nos dito que havia uma desconformidade e que alguém teria ido fazer esse pedido à Câmara Municipal, um pedido de certidão toponímia por existir uma desconformidade entre uma certidão da conservatória e um artigo matricial no que concerne às moradas. O comentário não foi só da minha parte, foi também de uma senhora deputada municipal, que é colega, Doutora Helena Simões, que, enfim, nós os dois dissemos que nos disponibilizaríamos certamente se soubéssemos disso para fazer pró bono, o serviço de ir à repartição de Finanças e fazer a alteração, como modelo um de IMI dessa situação. Ora bem, saímos dessa reunião novamente com resposta inconclusiva e, por isso, estamos aqui hoje, estamos aqui hoje em representação grosso modo, metade dos lotes desse loteamento, algumas das pessoas não estão cá neste momento em Portugal, como é o caso da Helena Simões, mas realmente pretendíamos, desconhecendo eu e agora tecnicamente falando, desconhecendo eu, que se trata efetivamente de um ato administrativo, ou de um mero expediente, já tive oportunidade de verificar a postura municipal, nomeadamente no artigo décimo e parece-me que não havia qualquer tipo de problema, quando eu digo problema, não havia qualquer tipo de irregularidade, se a Câmara mantivesse os números de polícia neste arruamento, consoante aqueles que constam do lote, ou seja, de um loteamento que é de mil novecentos e noventa e dois. Eu vivo lá há vinte anos, há aqui vizinhos que vivem lá há vinte e dois anos, e realmente isto traz consequências extremamente negativas. Consequências que tem a ver com o número da matriz, o número da conservatória, documento único automóvel, cartas que são remetidas, por exemplo, por estabelecimentos de saúde, todas essas moradas e muitas outras, seguros, etc., têm de ser alterados e realmente aquilo que nós vimos aqui pedir, nós e os outros que não puderam vir hoje, seria efetivamente a suspensão desse ou ato ou desse expediente administrativo que foi produzido." -----



Olinda Ribeiro: "Boa tarde a todos, estão aqui presentes vários moradores do Beco do Sol, situado na zona Santa Eulália. O motivo é a existência de uma sucata de automóveis a céu aberto instalada nesta rua e no terreno que é alegadamente propriedade da Câmara Municipal de Albufeira. Alguns presentes foram informados da existência desta Assembleia Municipal via e-mail da empresa administradora do seu condomínio que escreveu e passo a citar, "onde poderão expor o assunto da sucata ilegal que se encontra ao lado do condomínio". Estive nesta Assembleia nos dias onze de dezembro e vinte e nove de janeiro, tendo dado conta desta mesma situação. No dia dezasseis de fevereiro, foram ouvidas na GNR várias testemunhas, que expuseram as ameaças em espaço público de que são alvo as pessoas e os animais que circulam na zona, quer por parte dos donos da sucata, quer por parte dos cães de grande porte de que são detentores. Tendo em conta que a situação se mantém aparentemente inalterada, questionamos mais uma vez, quais as ações previstas para a resolução do problema. Para além deste a situação da sucata, eu queria expor um outro problema que é relativamente aos gatos silvestres, as colónias de gatos silvestres da rua, estou a falar do concelho de Albufeira em geral, estão a aumentar descontroladamente sem que se perceba uma ação efetiva para este problema. O centro de bem-estar não tem capacidade para acolher mais animais e as associações não dão a resposta necessária aos pedidos feitos pelos cuidadores das colónias. O custo das esterilizações dos gatos não pode ser suportado pelos cuidadores e menos ainda nas colónias descontroladas existentes no concelho. As minhas questões são: quais as ações previstas pela autarquia para minimizar este problema? Está previsto algum programa em escala suficiente para proceder ao controlo destes animais?" -----

José Grilo: "Boa tarde, o assunto é o mesmo, o Beco do Sol, porque não é só a questão de ser sucata, é a questão de ser oficina, despejos e além de não termos lá ecopontos, todo e qualquer empreendedor chega lá e descarrega os sobrantes das obras mesmo lá ao lado. Além do mais, existe um parque estacionamento que já foi ocupado, aquela área verde que, neste momento, é mato, gostaria muito de saber se existe algum projeto da Câmara para jardim, já me disseram que sim, já me disseram que não. E ao mesmo tempo, se não houver jardim fazerem um circuito de manutenção, por exemplo. Neste momento queria ter informações, porque se um dia houver fogo naquela zona, vai atingir muita gente, além do mais aos fins de semana, mas isso é já outro caso, é mais



para a polícia, chega-se aos fins de semana à noite, existe barulho da cada aceleração que eles andam a fazer, que não podemos controlar. Obrigado pela atenção." -----

Presidente da Câmara: "Boa tarde a todos, agradeço as questões aqui colocadas, são questões que muitas das vezes passa-nos um bocado ao lado, e é bom que estes problemas apareçam aqui, porque é mesmo isto que se faz, a participação cidadã dos nossos congéneres de Albufeira. O senhor Paolo Funassi, uma das questões que levantou foi a questão dos TVDE, a questão de não irem à baixa da cidade, evidentemente que isso possa ser sempre uma restrição, mas o termo restrição não significa que seja pela negativa, porque estes carros, estes transportes de passageiros não podem tomar clientes nem deixar clientes parando na via pública e se forem para a baixa da cidade, eles terão que parar na via pública, porque não têm outro sítio para parar, portanto, fazendo uma experiência para ver o que é que vai acontecer, porque não significa que se resolva totalmente a situação, porque se nós considerarmos duas questões, ou contrapondo aqui uma questão com aquilo que se passa com os táxis e o que se passa com os TVDE, muitas das pessoas não sabem, mas é importante que saibam isto, enquanto todos os carros inscritos em plataformas, nomeadamente os TVDEs, não carecem de um contingente concelhio, isto é, pode haver até dois mil ou três mil, no entanto, não têm praças, não têm locais de tomar ou deixar passageiros, os táxis têm que respeitar um concurso concelhio, os outros não, tanto que há muitos TVDEs que vêm de outras zonas do país para Albufeira, porque é em Albufeira que estão as pessoas, vamos ali para a Avenida dos Descobrimentos e vamos de carro e é raro não vermos dois ou três à nossa frente, é raríssimo. Portanto, são pessoas que vêm de fora, alguns deles sem estadia, sem habitação, dormindo até nos próprios carros, que eu já vi isso. O objetivo é de alguma forma disciplinar um pouco a ida à baixa da cidade, que já não era permitido a deslocação dos Tuk-tuks lá na baixa cidade, ficavam no Pau da Bandeira, é o que vai acontecer também com estes, vamos ver o que é que dá, se não resultar temos que arranjar outro modelo, mas à partida vai resultar melhor do que ir meter-se e arranjar mais condicionamentos de trânsito e complicações de tráfego na baixa da cidade. Relativamente à questão da Praça de Touros, a Câmara Municipal nunca teve nada diretamente a ver com a Praça de Touros, é bom que se entenda. Aqui há uns anos, até pareceu que a Câmara Municipal tinha uma sociedade com as Construções Lagarça, não, nada disso. Aquilo é uma propriedade privada que já manifestou interesse, não de reabilitar a Praça de Touros em termos de



touradas, isso podem estar todos descansados, que à partida não vai haver mais tourada nenhuma em Albufeira, daquele tipo, mas vai ser um empreendimento turístico, mas isso depende do promotor, apresentar o projeto que tem andado em conversações. Esperamos que realmente seja o mais depressa possível porque era bom ver aquilo reabilitado. Daria ali uma boa sala de espetáculos ou um bom empreendimento, um hotel, vamos ver o que é que sai, não faço a mínima ideia. Relativamente à capital europeia do desporto, é uma realidade, somos candidatos foi um desafio que lancei que há três ou quatro anos atrás, considerando que Albufeira tem, não só equipamentos desportivos capazes e pode criar ainda mais, nomeadamente aquilo que sugeriu o campo de petanca, embora seja um desporto que não é tradicional em Portugal, é mais um desporto de origem francesa, mas em Portugal já há várias zonas do país onde se pratica esse desporto, não significa que não possa haver um campo de petanca, pode vir a acontecer perfeitamente. Mas, o que se pretende numa capital europeia de desporto é precisamente a diversidade, é o desporto para todos, sejam eles dos mais jovens aos mais idosos, inclusivamente o desporto adaptado, para pessoas com menos condições físicas e até mentais, aliás, nós todos conhecemos, os Olímpicos e os Paralímpicos que é onde Portugal até tem um bom desempenho em termos medalhísticos. Vamos ver se conseguimos, isto é um desiderato que só acontece em dois mil e vinte e seis, há concorrentes, enfim, é um objetivo que temos de correr atrás da candidatura, e para se correr atrás de uma candidatura, normalmente trabalha-se em função desse objetivo e dessa meta. Se não se conseguir, já se trabalhou e já foi útil, portanto, isso é que interessa, interessa é por o desporto ao serviço do desenvolvimento que é, uma coisa muito importante, e da paz. Eu recorde que ainda há dois dias foi o Dia Internacional do Desporto ao Serviço do Desenvolvimento e da Paz e não foi por acaso que os Jogos Olímpicos foram criados com o espírito olímpico, espírito de pacificação, e era bom que realmente fosse mais acertado. Sobre o reconhecimento a atribuir alguns artistas locais, é perfeitamente possível e vamos ver, é uma questão que tem de ser sempre bem analisada, porque são questões sensíveis e que obriga a ter alguns cuidados e alguns critérios bem definidos e claros, para que não fira suscetibilidades. Relativamente à questão do Dr. Nuno Serra, queria passar a palavra, se fosse possível ao senhor vereador, o senhor Ricardo Clemente, porque tem o pelouro da toponímia." -----



Vereador Ricardo Clemente: "Boa tarde, tive a oportunidade de falar com o Doutor Nuno Serra e promover inclusive uma reunião com os serviços para explicar a razão do ofício enviado. Compreende o transtorno que causa a todas as pessoas e nós estamos cientes de tudo isso, mas é um assunto que deveria há muito estar totalmente resolvido, na altura com o tema que foi feito, que é a atribuição de numeração de polícia. E a questão aqui que se coloca é mesmo essa, ou seja, nós para emitirmos certidões, acho que foi o caso em concreto, foi necessária a emissão de uma certidão de toponímia, é necessário que existam os números polícia não atribuídos naquela urbanização, naquele loteamento e então daí ter surgido esse ofício. Reverter esta situação torna-se muito complicado e difícil, se não será agora será depois, também há pessoas na mesma situação, que queiram solicitar uma certidão de toponímia e não conseguirem, por não terem a questão da numeração de polícia resolvida. Daí toda esta questão e compreendo o transtorno que isto causa, para qualquer um de vós, mas a situação é esta, não só no vosso loteamento, como em outros isto está a acontecer, mas é uma situação que tem que ser resolvida de certa maneira. A questão é esta que aqui está, aliás tiveram oportunidade de falar com os serviços, também posso pedir ao arquiteto Eduardo, para dar uma explicação melhor sobre o assunto." -----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Muito boa noite, não tenho muito mais a acrescentar, só mais uma questão de explicar, a numeração de polícia é uma convenção que todos estamos habituados, números pares do lado direito, números ímpares do lado esquerdo e quando se tem uma lógica de numeração de um loteamento, os números lotes são atribuídos dentro daquela, digamos, bolha do alvará., não seguem esta lógica, não seguem esta métrica e, portanto, paulatinamente ao longo dos tempos os serviços vão desenvolvendo este trabalho para todos os espaços de Albufeira." -----

Presidente da Câmara: "Sobre a questão aqui do Beco do Sol, realmente é um problema que está ali, que se tem tentado resolver junto com o comandante da GNR, é uma situação que está enquadrada já na Guarda Nacional Republicana, o que tem de se fazer é verificar novamente como é que está este processo para depois poder dar a informação. Já agora, deixava o seu contacto para depois, caso seja necessário na próxima semana ou daqui a duas semanas telefonar-lhe, caso seja necessário alguma testemunha, porque se ele não cumprir aquilo que nós o notificarmos para fazer, que é a reposição da legalidade, que é sempre aquilo que se faz, não havendo cumprimento tem que ser comunicado ao Ministério Público desse incumprimento e depois passa o



assunto para o Ministério Público, o tribunal é que tem de agir sentido. Vamos tratar disso, tentar de alguma forma, demover a pessoa de levantar dali aquela situação, não só a sucata, mas também a oficina. Vou falar novamente com o comandante da GNR, para ver se já houve alguma evolução nesse sentido, penso que já foram ouvidas algumas pessoas, significa que o processo está a andar, só que, como sabe, todos estes procedimentos têm prazos, têm dias que tem que se esperar, às vezes são dias úteis, e quando são dias úteis ainda mais tempo demora, porque os fins de semana não contam, os feriados não contam, enfim, é uma série de situações que fazem com que os prazos se dilatam no tempo e às vezes a impaciência das pessoas é superior a isso. Lamentavelmente é assim, mas amanhã falo com o Major Pereira, no sentido de me inteirar de como a situação está e depois ligo-lhe para dizer alguma coisa nesse sentido. Relativamente à questão dos gatos selvagens, pedia à senhora Vereadora Cláudia que tem a parte dos animais para poder responder a esta situação, sobre a esterilização ou não esterilização." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa tarde a todos, relativamente à questão das colónias de gatos silvestres ou de rua, tem sido uma preocupação do município, efetivamente nestes últimos tempos a situação tem estado mais complicada, pela ausência de veterinária municipal. Felizmente, já temos uma nova veterinária municipal, que está a acautelar toda essa situação. Durante este período, demos apoio a algumas associações para conseguir dar resposta a esta questão, portanto, capturar, esterilizar e devolver vai ser essa a nossa pretensão, até porque, temos já as condições materiais próprias para se fazer as esterilizações no novo CRO, no centro de bem-estar animal." -----

Nuno Serra: "Realmente não é a minha intenção maçar esta Assembleia, Senhor Presidente, mas mais uma vez, não fomos esclarecidos, e ao não sermos esclarecidos, eu gostaria de questionar a postura municipal, que penso que é, mil novecentos e noventa e três alterada em dois mil e catorze, diz no seu artigo décimo alínea f) o seguinte: *os arruamentos antigos em que a numeração não esteja atribuída, conforme a orientação expressa na alínea a) do presente artigo, que é aquela que nos pretendem impor, deverá esta manter-se, seguindo a mesma ordem para novos prédios nos mesmos arruamentos que se construam, ora, os nossos prédios, os nossos prédios urbanos, as nossas moradia estão construídas entre dez e vinte e dois anos, portanto, eu penso que a leitura que se pode aqui fazer que efetivamente é possível manter os números dos lotes e eu posso dar um exemplo, ao Senhor Presidente da Assembleia e*



ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, nomeadamente ao Vereador Ricardo Clemente e há aqui uma pessoa presente que é proprietário de um lote no antigo loteamento Águias Negras, hoje em dia Rua Águias Negras, em que o lote que tinha e a numeração do lote que tinha se manteve naquilo que é o número de polícia, não por haver números polícia à direita e à esquerda, pares ou ímpares, mas sim, porque foi assumido pela Câmara Municipal efetivamente esse critério, transformar os números dos lotes nos números de polícia. Se a postura o diz, eu pergunto porque é que não é possível? É exatamente isto que nós vimos aqui solicitar, ou intervenção dos senhores deputados municipais junto da Câmara ou intervenção da Câmara no sentido de nos permitir manter aquilo que são os números que nós tivemos ao longo destes anos, nunca tivemos problemas de distribuição postal, nunca tivemos um problema de distribuição de gás, nunca tivemos um problema com um táxi, nunca tivemos um problema com uma ambulância e agora vamos passar a ter. Eu no meu caso, falo por mim agora, no meu caso, o meu número vai passar a ser a mais de 700 metros de distância, se colocarem no vosso GPS qualquer um dos presentes, o número do meu lote, que é o vinte e nove, vai ter a porta de minha casa, futuramente, com o lote quarenta e dois que me foi atribuído, não vai ter a minha casa, portanto, a questão que eu coloco é esta: se a própria postura permite isto, se há precedentes noutros loteamentos, porque é que não pode acontecer no nosso?" -----

Presidente da Câmara: "Acho que o senhor vereador já registou o assunto, o assunto merece alguma reflexão e alguma forma de estudo, para essas posturas e tendo em conta o prejuízo que já nos foi sendo transmitido. O senhor vereador irá reunir convosco para analisar esta situação e refletir sobre isto. Não é aqui que se vai resolver o problema, tem de ser numa fase posterior a esta." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: "Muito boa noite a todos, queria só dar aqui os parabéns à organização do Sea Fest e da Festa do Basquete, parece que foi um sucesso. Queria também deixar aqui uma nota sobre o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril, que se está a aproximar, sinceramente ainda não vi o programa das comemorações, não sei se existe, mas gostava de deixar aqui uma nota ao executivo no sentido de que, à semelhança dos



anos anteriores, de não se esquecer de integrar esta Assembleia nessas comemorações. O ano passado, creio que até foi o nosso deputado Raúl Ferreira que mencionou a falta de comunicação, ou de convites, recebemos efetivamente pelo e-mail, a informação de que ia haver o hastear de bandeiras aqui na Câmara Municipal, mas nos outros anos temos acompanhado sempre as festividades nas outras freguesias, e eu acho que era importante integrar esta Assembleia nesse pacote de comemorações." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa tarde a todos, os motivos que me trazem cá hoje são vários, mas o primeiro todos os anos me tem trazido cá. Queria fazer uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, qual é o motivo pela qual as verbas referentes ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município e a Junta de Freguesia de Ferreiras ainda não foi enviado este ano para a Junta de Freguesia? Já estamos no mês abril, e não temos qualquer informação sobre isto. É assim, ou paramos e não fazemos estas competência durante quatro meses, mas nós estamos a fazê-las na mesma, não sei qual é o motivo, essa é a pergunta. E qual é o plano de ação para resolver esta questão e garantir que os fundos sejam disponibilizados o mais rápido possível, visto que estamos em pleno mês de abril. A segunda pergunta é para o Senhor Presidente da Assembleia, que é o seguinte: gostaria de solicitar informações atualizadas sobre as situações aqui reportadas por mim, em que lhe pedi que solicitasse um parecer sobre situações dos caminhos municipais localizados no concelho de Albufeira, e um outro sobre a atribuição das senhas de presença dos seus Presidentes da Junta de Freguesia, tendo em conta que lhes entreguem pareceres de entidades competentes sobre os respetivos assuntos aqui citados. Já estamos a um ano do final do mandato, tivemos quatro anos sem resposta, a questão não é antiga e acho que isto é uma falta de respeito por todos nós. Quando eu faço esta questão ao Senhor Presidente da Assembleia, faço a todos os membros da Assembleia de onde faço parte, portanto, e é para o público em geral e para nós, e acho que já só falta um ano para acabar o mandato, e não conseguimos resolver estas situações, que já vêm de não sei há quantos anos. Voltando ao Senhor Presidente da Câmara, quais são os projetos em andamento para a melhoria das vias, visto que as Ferreiras têm lá a estrada do Norte, a parte toda norte das Ferreiras está toda intransitável. São estradas de primeira, como diz aquele ditado, se meter a segunda parte-se o motor, portanto, tem sido sempre falado aqui em quase todas as



Assembleias. Já vamos para o último ano, assim já é o meu sétimo ano em Ferreiras, portanto há pelo menos sete anos que falo sobre estas estradas, e continuam na mesma. Gostava de saber em que andamento está a melhoria destas vias, se existe algum plano em vigor para garantir a acessibilidade e a segurança dos moradores locais, dos visitantes que utilizam estes caminhos, tendo em conta que muitos caminhos e estradas da freguesia estão completamente degradados, como já vos disse e é do conhecimento de todos. Se meterem no Google Maps eles conseguem dar os buracos das estradas, portanto estão a ver há quanto tempo aquilo está por arranjar. Caro Presidente, em setembro do ano passado, uma freguesia nossa recebeu uma carta sua, a solicitar a intervenção da recolocação de equipamentos do eco ponto Aldi, no entanto, ao contactar recentemente sobre este assunto, foi afirmado que não houve conhecimento sobre essa situação. Dirigi-me ao Aldi, porque a freguesia levou a carta onde estava assinado pelo Senhor Presidente da Câmara a dizer que iam ser retirados os contentores do sítio, em setembro do ano passado e este ano ainda não está, e a senhora dirigiu-se à junta. Eu dirigi-me ao Aldi e falei com a pessoa responsável que disse que não tinha conhecimento do assunto, até voltou a solicitar alguns documentos à Junta. Gostaria de saber se esta intervenção dos ecopontos do Aldi foi realizada ou se está em andamento e qual a posição atual da autarquia em relação a este assunto? Agradecemos a sua atenção e esclarecimentos sobre o assunto. Mais uma questão, Senhor Presidente, qual é a justificação da Câmara Municipal para a redução do número de funcionários cedidos à Junta de Freguesia de Ferreiras, no contrato interadministrativo dos outros presidentes e dos outros anos, são cinco funcionários cedidos à Junta de Ferreiras, atualmente temos um, conforme se vão reformando vão retirando do contrato interadministrativo, não se recebe as verbas nem são repostos, portanto, a freguesia cada vez tem um crescimento maior, mas cada vez mais tem menos funcionários da parte da autarquia e menos ajudas. Este ano ainda não recebemos dinheiro, nem funcionários. Visto estarem cedidos à Junta de Freguesias uns cinco, atualmente estão somente dois, um deles está de baixa prolongada desde o início do ano anterior. Considerando que a falta de pessoal tem impacto negativo no funcionamento e prestação dos serviços à comunidade local, existe possibilidade de serem atribuídas mais verbas para a contratação de funcionários, de modo a suprimir esta carência e garantir um atendimento mais eficiente à população? Era esta a minha questão, não há funcionários, e se há maneira de chegarem algumas verbas, juntamente



com o contrato que ainda não chegou. Gostaria de formular uma questão ao Senhor Presidente, no seguimento do meu alerta para as obras que estão a decorrer na Estrada do Paraíso onde tinha revisto e foi falado nesta Assembleia, que deveriam ser feitas uma intervenção no saneamento, condutas de água, esgotos e o alcatroamento posteriormente. Ainda a obra não acabou e já tivemos dois abatimentos, junto ao Vintage, um está em terra batida, e o outro está o buraco aberto. Foi alertado aqui, toda a gente sabia que aquela obra não podia ser feita assim, que aquilo era estar a colocar alcatrão num sítio que está todo minado, portanto, tudo o que lá colocarem é para jogar fora. Eu fiz esse alerta, e agora estão a fazer umas passadeiras, estão a deixar as passadeiras ao nível da estrada e daqui a mais dois meses estão abatidas. Isso tudo não é o Presidente que é culpado, é o empreiteiro que está lá. Mas temos de ter em atenção, e a fiscalização tem de alertar para isto. Junto ao Vintage já houve vários abatimentos, e ainda a obra não foi concluída. É de referir que também já alertei para as águas da chuva, já mandei uma carta para a Câmara, as águas da chuva não escorrem para as sarjetas, correm para o meio da estrada e vão lá para o outro lado, fazem umas poças nas rotundas. A obra não é da Junta, mas acho que nós temos de lutar pelos interesses, são dinheiros públicos. Depois, agradecer a intervenção que foi feita no parque infantil, é pena estar fechado ainda, estamos à espera do parecer da ASAE, como o Senhor Presidente explicou, a obra foi feita, mas o outro do lado continua fechado, por falta de intervenção." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, boa noite a todos, trazia a esta casa alguns assuntos, começando por dizer que a bancada do PSD/CDS solidariza com aquilo que foram os assuntos trazidos aqui, nomeadamente no que diz respeito ao Beco do Sol e à Rua do Golfo. Achamos que em relação ao Beco do Sol, aquilo que lá está, independentemente do Senhor Presidente e o executivo já ter feito as devidas démarches, carece de urgência. Carece de urgência, porque a verificar-se inclusive, trata-se de ocupação de um terreno cedido no âmbito do alvará de loteamento, portanto, agradecemos que esse assunto fosse efetivamente tomado como prioridade. No que diz respeito à Rua do Golfe e com alguma propriedade falo, porque com muita honra fui Presidente da Comissão de Toponímia durante oito anos, atribuí mais de quatrocentos topónimos neste município, junto com essa comissão e, portanto, fizemos obrigatoriamente também algumas reformulações naquilo que é a numeração de polícia. E sei que, do ponto de vista técnico, há a possibilidade de se ter essa sensibilidade e



manter o número dos lotes e, nesse sentido, pedia também a sensibilidade ao executivo municipal, nomeadamente ao senhor vereador, e à atual Comissão de Toponímia para que refletisse, reavaliasse, porque sei também, por conhecimento de causa, que esse tipo de alterações causa constrangimentos brutais à vida das pessoas. Outro assunto que aqui me traz, diz respeito àquilo que é a revisão do PDM, a revisão do PDM que está atualmente em curso e, eu sei daquilo que são as démarches do Presidente da Câmara, sei que já há inclusive previsto a Comissão que foi nomeada por esta casa ser convocada para uma reunião, o senhor Presidente depois poderá confirmar, se assim se assim for, mas queria também aqui evidenciar, e tendo conhecimento que, também no resto do Algarve, à exceção de dois ou três municípios, há as mesmas dificuldades que o município de Albufeira passa, para que este assunto seja trazido a bom porto. Mas o que é certo é que, ainda há pouco alguém dizia falta um ano, já falta muito pouco para o término deste mandato e, portanto, eu acho que este assunto deveria ser tomado de absolutamente prioritário, não só pelo Senhor Presidente, que tem inúmeros afazeres e tem uma responsabilidade enorme, mas também por aquilo que são os técnicos desta casa, responsáveis por esta matéria e, vejamos, a responsabilidade máxima é sempre do político que foi o eleito pelo povo, mas depois abaixo dos políticos há os técnicos, e se não houver um trabalho de equipa, se não houver um forcing daquilo que são todos os intervenientes, muito dificilmente chegaremos a bom porto. Gostaria também de deixar aqui esse apelo, naquilo que é, uma questão absolutamente estruturante para o nosso município nas mais diversas áreas, sobretudo, porque cada vez mais se verifica a debandada dos nossos jovens do nosso concelho com a procura nos concelhos limítrofes, porque efetivamente não há a hipótese de se construir, temos a lei da oferta e da procura a ser praticada ao mais alto nível, os preços são brutais, há uma especulação imobiliária real e efetiva diária e, tendo essa matéria como alguma sensibilidade, gostaria também que este assunto fosse tomado como prioritário. Outro assunto, diz respeito ao código de conduta, que foi pela bancada do PSD/CDS abordado aqui várias vezes e que foi agora decidido que acharíamos que deveríamos participar mais no acompanhamento deste código de conduta que está a ser elaborado e, deixar a nota de que faremos uma proposta a esta digníssima Assembleia, devidamente agendado para que não haja questões laterais, para a formalização de uma comissão de acompanhamento no âmbito da elaboração deste código de conduta. Muito obrigado." -----



Dário Pereira: "Muito boa noite, dois pontos que eu venho aqui falar, transmitir, que é a videovigilância, para quando Senhor Presidente? Estamos no início de uma nova época, as coisas não estão definidas ainda, não se sabe quando é que vai começar. O segundo ponto é a taxa turística, para quando e quando é que vai começar? Pegando nas palavras do deputado Carlos Quintino, também vinha aqui pedir, mais uma vez, venho a pedir, já há várias Assembleias, a questão do PDM, a questão do PDM é muito importante em Albufeira ser revisto. Código de conduta também, pegando aqui nas palavras do Carlos Quintino, são pontos muito principais aqui em Albufeira, falta um ano e pouco para o final do mandato, eu acho que está na altura Senhor Presidente, exigir aos seus gabinetes lá em cima que trabalhem nesse sentido e arduamente, porque automaticamente devemos respostas aos nossos munícipes." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, gostava de colocar aqui duas ou três questões, uma das quais já foi aqui aflorada, mas eu volto a ela, pela sua importância, que tem a ver com o PDM. Já várias vezes esta questão foi aqui aflorada, várias vezes o Senhor Presidente prometeu fazer reuniões e ou disponibilizar documentação, eu julgo que o relatório de diagnóstico já deve estar feito há muito tempo, penso que é um dos documentos que já poderia ter sido distribuído pelos senhores deputados e vereadores, para que se possa antecipar uma discussão com conhecimento de causa e de conteúdos e respetivas propostas que poderão lá surgir. Tanto mais que já foi criada uma comissão dentro desta Assembleia, comissão que nunca reuniu, penso que tudo está a atrasado. Ainda em relação não propriamente ao PDM, mas aquilo que envolve o PDM, que é uma questão que já levantei aqui uma vez, e volto a trazer esta questão, julgo que é importante, que é a defesa das colinas e das vistas panorâmicas de Albufeira. Esse é, julgo que um dos ex-libris da cidade e em particular, uma situação que queria aqui levantar, que é tanto quanto sei, houve um loteamento que foi vendido junto aos semáforos de quem desce na rotunda dos Golfinhos e que, parece que vai ser construído, e na hipótese de ali surgir um empreendimento, um projeto, a questão é: primeiro, se aquela vista está garantida, se esse projeto garante a continuidade daquela vista que se tem sobre a parte nascente da cidade? E segundo, se também está previsto um estacionamento, um parqueamento público, porque no fundo, o principal parqueamento da cidade em pleno verão é toda aquela zona, que é privada. A questão é, se o privado não permitir esse parqueamento, com certeza que não permitirá, se não houver alguma negociação, onde é que está o estacionamento para



Albufeira em pleno verão? Outra questão que tem a ver também com a questão do PDM, é a proliferação de cabos de telecomunicações. Eu julgo que hoje isso é uma das coisas mais aberrantes que nós podemos ver em todo o lado, julgo que é quase uma imagem quase de terceiro modista das nossas, diria ruas e aldeias, em que, em tempos, diria da Telecom, sei que havia diretivas concretas para que os cabos passassem de uma forma retilínea e formando ângulos retos. Hoje, o que acontece em plenas aldeias, em Paderne conheço vários, que numa pequena rua de cem metros, os cabos fazem quatro e cinco diagonais ao longo da rua. E conheço casos que, para passar para uma casa da rua oposta, passou por cima do telhado, neste caso até foi a um telhado meu. Na altura, ameacei cortar, portanto, isso é uma questão de ausência de estética e de organização do espaço público, que penso que o Senhor Presidente e o executivo como autoridade de gestão e de organização do concelho, penso que pode ter uma palavra decisiva, e que é urgente para manter uma imagem, como se quer, de capital do turismo." -----

Sílvia Dias: "Boa noite, tenho três pontos, mas vou ser muito rápida. Gostaria de saber a nível de regulamento das concessões, se o município tem um ou mais do que um, porque está-se a aproximar a época balnear e o ano passado assisti, porque sou frequentadora das nossas belas praias, em que há critérios diferentes, por isso gostaria de saber quantos regulamentos nós temos para as concessões. Outro ponto, gostaria de mostrar que devemos realmente sim, reunir todos os esforços para aquela situação do Beco do Sol, porque eu própria já estive lá, e está complicado, e compreendo, e estou solidária com as pessoas que ali vivem, é uma situação preocupante. Outro ponto, gostaria de saber como é que está a situação daquele parque de campismo, que não é parque de campismo, ao pé do Algarve Shopping? Cada dia que passa, há mais casas de madeira a serem construídas e a serem colocadas lá, acho que aquilo está uma insegurança para toda a gente que lá vive, e temos que pensar nisso e na vizinhança lá ao lado. Já agora a nível cultural, gostaria de saber como é que está a situação do Moinho do Cerro Malpique, se está em investigação, se não está. Porque é uma imagem de marca da nossa cidade, e é muito bonita e gostaria de saber como é que está." -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, hoje já foram aqui falados assuntos importantes, nas últimas intervenções, com as quais nos identificamos e temos falado nas últimas Assembleias. Reconheço que na Assembleia passada talvez tenha sido ambiciosa de



mais ao fazer dezassete perguntas ao Senhor Presidente. Hoje vou tentar fazer só uma humilde pergunta, porque nas outras dezassete que fiz na última sessão da Assembleia, não tive uma única resposta digna de se ver. Se acham que estou a exagerar é rever a última Assembleia. Penso que todos se recordam que antigamente o Castelo de Paderne estava iluminado à noite. Observamos que, após a requalificação do Castelo a iluminação deixou de existir. Senhor Presidente, poderá esclarecer-nos sobre o porquê desta situação?" -----

Raúl Ferreira: "Muito boa noite, hoje já foi aqui falado diversas vezes a questão do PDM, e a bancada do MIPA, porque este foi um assunto que nós levamos à nossa campanha e consideramos extremamente importante, gostávamos de referir e de saber o que se passa efetivamente com a revisão do PDM. Sabemos que existe um gabinete contratado, penso que o contrato data de dois mil e dezasseis, e nesta altura, passados oito anos, o que temos é nada, zero. Portanto, das duas uma, ou o gabinete não tem competência para efetuar a revisão do PDM ou existe interesse em que esse PDM não seja revisto. Eu penso que não será essa a situação, que todos nós estamos aqui com interesse efetivo de resolver as questões relacionadas com o PDM e como o deputado Carlos Quintino referiu aqui, penso que ele terá melhores informações de que as minhas, aguardamos então uma reunião para saber o ponto da situação, em que estado se encontra esta revisão, porque é uma questão premente que tem a ver até com o próprio desenvolvimento da habitação, que tanta falta existe aqui no concelho de Albufeira, e no país todo. Efetivamente, pensamos que o PDM pode resolver parte destes problemas. Outra questão que gostava de colocar é uma questão acerca da carta de habitação, como nós sabemos, legalmente, os municípios têm de elaborar uma carta de habitação, gostava de saber também o ponto da situação relativamente a isso. Hoje, na ordem de trabalho também temos aqui a questão da taxa turística e eu agora ouvindo aqui a deputada, que falou da questão da situação nos parques de caravanismo e de casas modelares que existem, vai-se criar aqui também uma situação de desigualdade, se efetivamente, como eu espero, a taxa seja aprovada estes parques ilegais de caravanismo que existem no concelho de Albufeira, as pessoas que o utilizam vão ficar isentas dessa taxa, criando aqui uma situação difícil de resolver e injusta para quem cumpre todas as normas e paga as suas taxas. Relativamente ainda à questão do parque que existe de habitação modelar, junto à Guia, já falei com o Presidente há dias, penso que está a ser resolvido e eu julgo que a Câmara Municipal



devia utilizar uma figura que existe no direito, que é a posse administrativa, penso que isso teria utilidade, para que as pessoas que exploram o parque continuam, numa situação ilegal, a tirar partido financeiro do aluguer, do arrendamento dos terrenos, quer dizer, existe uma situação ilegal promovida por eles e eles ainda continuam a rentabilizar essa situação ilegal que deram azo à sua existência. Acho que é de uma imoralidade enorme para todos nós que cumprimos as nossas obrigações fiscais, existir indivíduos que, através de um expediente ilegal e do ponto de vista jurídico e acho que tem até relevância do ponto de vista criminal, e continuam a retirar o rendimento das rendas, não pagando impostos e, para além disso, permanecendo uma situação que põe em perigo num caso de incêndio ou no caso de alguma situação de catástrofe ali, porque não tem meios de os Bombeiros lá entrarem, é um amontoar de casas, que põe em perigo a própria vida humana. Portanto, penso que esta situação tem de ser vista com algum cuidado, com alguma cautela e continuo a afirmar que, de ponto de vista jurídico, a posse administrativa será uma das soluções para o caso." -----

Carlos Gabriel: "Digníssima Assembleia, já se falou aqui em TVDEs, eu quero falar nos tuk-tuks, em muitas cidades do país, nomeadamente Lisboa, já não é permitido um tuk-tuk a combustão, para onde é que eles vêm? Parte deles, para Albufeira, portanto, nós temos a maior parte dos tuk-tuks a combustão. A cidade é inclinada, temos ruas inclinadas e é um barulho ensurdecador, de tanto tuk-tuk a combustão, para quando acabar, como os outros acabaram, com os tuk-tuks em combustão? E nesse seguimento, também existe uma situação, e se calhar, em mais sítios, na praia da Oura existe junto à praia placas da Câmara, para quatro tuk-tuks, salvo erro, o que é que acontece neste momento já? Estão lá durante o dia, se calhar dez, doze ou mais, onde estacionados em espinha sobre os lugares de estacionamento dos carros. A lei tem de ser igual para todos, se existe lugar para os tuk-tuks, nós não podemos estacionar lá, um carro normal não estaciona lá, também não tem lógica que os tuk-tuks venham a ocupar os lugares dos carros habituais. Segunda questão, a estrada das Ferreiras, aquela recuperação, como técnico, posso dizer em todo o lado, é uma obra mal feita desde o princípio, já disse isto ao Senhor Presidente, até sugeria mais, com certeza que a Câmara tem um contrato com o empreiteiro, ele tem que cumprir o contrato, e tem que ser feita a verificação se a obra está bem feita ou não está bem feita, para isso temos os técnicos da Câmara, se eventualmente, os técnicos da Câmara não têm disponibilidade para tal, eu sugeria ao Senhor Presidente que contactasse a



Universidade do Algarve e que fossem feitos testes, carotes sobre o pavimento lá executado, porque eu tenho a certeza quase absoluta que o que lá está feito não cumpre, com certeza, com qualquer caderno de encargos de uma obra, desde a compactação e desde a camada de desgaste que lá esta, que não é nenhuma. Por último, falou-se aqui, é uma grande luta minha desde o início desta Assembleia, deste mandato, são os cabos de telefone e os paus espetados por todo o lado, dizendo ao nosso companheiro de bancada, na minha casa, como já disse nesta Assembleia, cortei o fio, cortei-o e voltaram a pôr e eu cortei novamente. E porquê? Porque no meu aldeamento tenho as infraestruturas enterradas e os senhores dos telefones, para ser mais barato, possivelmente, chegam lá e espetam os paus nos passeios com as condutas por baixo do chão e metem os fios por cima. Portanto, se todos fizéssemos isso, e o senhor, se quiser empresto uma tesoura, corte o fio. Nesse seguimento, voltar a referir ao Senhor Presidente, em projetos futuros, nomeadamente vêm alguns hoje aqui a esta Assembleia, que fosse feito um grande esforço para todos os cabos, tanto telefone como eletricidade que fossem colocados subterrâneos, coloquem os cabos todos subterrâneos, e em futuras obras tenham o cuidado, nomeadamente em rotundas, de deixar negativos para futuramente, se quiser passar um cabo, termos um sítio para passar sem partir a estrada. Estamos a fazer uma estrada nova nas Ferreiras, qualquer dia é capaz de estar concluída, vamos ver quanto tempo está até abrirem lá uma vala." -----

Carla Agapito: "Boa noite a todos, queria perguntar quando término das obras nos Calijos, do Cerro Malpique, sei que é uma obra grande, que está a levar tempo, mas aquele é um percurso que faz falta e tem muito tráfego. Era só para perguntar, qual a previsão do acabamento daquela obra." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite a todos, dois assuntos, o primeiro, o porto de abrigo, a rampa de acesso dos barcos ao mar, dos barcos de recreio e dos barcos de pesca desportiva, é uma coisa que temos de fazer há muito tempo, somos um dos únicos concelhos com menores acessos ao mar, isto penso que Albufeira necessita. Já se fala disto há muito tempo, que aquele porto de abrigo seja reformulado e que aquela rampa de acesso aos albufeirenses e àqueles que nos visitam, porque a pesca e o mar são praticamente um direito desta cidade e uma bandeira dela. O outro assunto é a cidadania, penso que a Câmara e esta Assembleia são o fulcro da cidadania e da democracia aqui na nossa terra, e penso que devíamos pensar em ações de educação e



de sensibilização à juventude escolar, sobre o funcionamento dos órgãos e das estruturas autárquicas. A nossa juventude já vota, mas não sabe como é que vota e não sabe como é que funcionam os órgãos e estruturas autárquicas, cabe a nós ensinar." ---

Domingos Coelho: "Já que se antevê a revisão do projeto que está a decorrer ali na dita estrada do Paraíso, já agora que se preveja um espaço para ciclovias, para que de futuro possa ligar também a Albufeira." -----

Presidente da Assembleia: "Antes de passar ao Senhor Presidente, iria responder às duas questões que me foram colocadas pelo senhor Presidente de Junta de Ferreiras e relativamente aos caminhos municipais. O Senhor Presidente juntou e enviou-me os pareceres relativamente ao critério de definição dos caminhos municipais, eu fiz chegar esses documentos ao senhor Presidente da Câmara e, naturalmente, irei confirmar o que se passa relativamente ao entendimento que a Câmara Municipal tem face a essa situação, e já lhe tinha transmitido essa questão. Quanto ao pagamento das senhas de presença, temos aqui um problema, que é o facto do processo ainda estar em recurso, e mesmo que não tivesse em recurso, a nova legislação dá um entendimento de que, quem efetivamente está na Assembleia Municipal e é Presidente de Junta, não teria direito ao pagamento das senhas de presença, porém, para já estamos em recurso e estando em recurso, não iríamos levantar essa questão, e essa situação está mais do que esclarecida e resolvida." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Relativamente ao que foi pedido dos caminhos, foi explicado verbalmente e acredito que sim, o Presidente irá dar a resposta. Relativamente às senhas de presença, nesta Assembleia onde o senhor faz parte, não foi posto nenhum recurso, nem ação nenhuma em tribunal, portanto, logo não tem lógica. Depois, o parecer que o senhor me deu é verdade, eu trouxe-lhe o parecer, levei à ANAFRE, que é a Associação Nacional de Freguesias, até lhe mandei por WhatsApp a resposta deles, mas posso mandar outra vez, onde dizem que, o senhor deputado não tem razão. Portanto, o Senhor Presidente não tem razão no que está a dizer, não lhe estou a chamar de mentiroso, só estou a dizer que não tem razão, agora entenda como quiser." -----

Presidente da Câmara: "Muito obrigado pelas questões colocadas, vou tentar responder a algumas, outras ficarão por responder hoje e tentar-se-á responder nos próximos dias. O Jorge do Carmo falou na questão das obras previstas para a freguesia de Ferreiras, não há bem obras previstas para uma determinada freguesia, isto é, obras



para o concelho, por acaso, algumas são nas Ferreiras, nomeadamente a estrada da nora, o Largo da Nora, a estada do Norte há de ser posterior, portanto, vai-se fazendo. Está na prioridade, digamos, uma das principais é a estrada da nora e o respetivo largo. A questão do ecoponto que estava junto ao Aldi, isso é conveniente tratar com senhor Engenheiro Filipe André, porque ele saberá melhor responder a essa questão. Sobre a estrada do Paraíso, já vou pedir ao senhor Engenheiro Batalha para depois fazer aqui uma explanação daquilo que é a estrada do Paraíso, porque é do corpo técnico, e isso é uma questão puramente técnica, os problemas que foram aqui levantados, que eu também já os detetei, já falei neles. Sobre a revisão do PDM, hoje o senhor deputado Carlos Quintino telefonou-me e eu informei, é por isso que sabe da reunião, não há aqui nenhum privilégio, digamos assim, foi precisamente por isto, quero que fique bem esclarecido, não vá haver aqui alguma dúvida, tenho uma reunião agendada em princípio, dia oito de maio, uma reunião com os membros da Assembleia e os membros da Câmara Municipal sobre o PDM, portanto, oito de maio vai ser o dia que essa reunião vai acontecer. Antes disso, tenho de fazer uma reunião com a equipa técnica. Alguém falou aqui, incompetência da equipa técnica, ou sem haver vontade de alterar o PDM, nada disso é verdade. Isto no fundo não está nem mais nem menos que catorze concelhos do Algarve, está igual, os concelhos do Algarve são dezasseis, só estão dois aprovados, Silves e Lagoa e o resto, uns podem ir um bocadinho mais à frente, outros um bocadinho mais atrás, mas com o mal dos outros pode a gente bem, no entanto, há aqui uma coisa que em princípio seria como objetivo primeiro, que era até ao final do ano, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, queria que isto estivesse terminado. Sobre a questão do programa do vinte e cinco de abril, dentro de poucos dias irá sair, portanto, não vou aqui a tecer comentários sobre isso, irá sair esse programa com variadíssimas coisas que vão decorrer nesse dia, irá haver um programa extenso e pormenorizado. Sobre a questão da taxa turística, o senhor deputado Dário Pereira, está na ordem de trabalhos, o objetivo é que seja aprovado e depois entrará em vigor após a publicação no Diário da República. Relativamente ao Parque de Caravanas que está juntou o Algarve Shopping, como já disse aqui está em tribunal, eu próprio já fui ouvido pelo Procurador de Albufeira no Tribunal e sei que mais pessoas foram ouvidas, ele solicitou o acompanhamento, ou que eu sugerisse dois técnicos da Câmara, um engenheiro e um arquiteto para assessorar nestas audições que vão fazer e assim foi sugerido um engenheiro civil e um arquiteto, não sei se já



houve alguma reunião nesse sentido, está o Engenheiro Paulo Pereira a acenar com a cabeça a dizer que não, e já era tempo de haver, portanto, eu já fui ouvido há uns cinco meses, e ainda não houve intervenção nenhuma daqueles dois técnicos, estou a achar um bocado estranho. Todas as outras casas que estão desadequadas relativamente àquilo que é permitido, obviamente que há muitas contraordenações, há muitos processos a decorrer, há muitas notificações para demolir, e depois caso não cumpram essa determinação de demolição depois é comunicado ao Ministério Público, e o Ministério Público depois é que terá de agir em conformidade com aquilo que entender. Evidentemente que tudo isto demora imenso tempo. Relativamente ao moinho do Cerro de Malpique, a investigação está a decorrer normalmente, a Polícia Judiciária está a trabalhar nesse sentido e é intenção remediá-lo, e levá-lo a que fique igual ou parecido com aquilo que estava. Dentro de pouco tempo vamos ter de lançar o procedimento nesse sentido, não sei se já se pode fazer, tendo em conta as investigações, mas vou apurar isso. Relativamente à iluminação do Castelo de Paderne, faço lembrar que o Castelo de Paderne, só é da responsabilidade do município, há cerca de um ano, era do Ministério da Cultura através da Direção Regional de Cultura do Algarve. Só há cerca de um ano e pouco é que as delegações de competências da Cultura é passou para responsabilidade do município. E a iluminação, está-se a trabalhar nesse sentido, que é fazer um resguardo do holofote bastante robusto, antivandalismo, porque mal os holofotes têm sido lá colocados são nessa mesma noite ou na noite a seguir roubados, isso já aconteceu várias vezes, não foi só uma vez. O senhor deputado Carlos Gabriel falou no corte dos cabos de telefone, eu não vou mandar nenhum funcionário da Câmara cortar cabos de telefone, posso eventualmente é fazer uma reunião com a administração da Telecom, e nesse sentido ver o que é que é possível fazer. Falou-se numa ciclovia, era bom haver ciclovias, só que para haver as ciclovias, é preciso haver espaço. Eu faço lembrar que há aqui zonas do concelho de Albufeira, ainda há dias falava com o Dr. Apolinário nesse sentido, há zonas no concelho de Albufeira que, aqui há uns anos liricamente, utopicamente, diria eu, fazer uma ciclovia desde Vila Real de Santo António até Sagres, contínuo, só que isso é impossível. E há aqui zonas do concelho de Albufeira, em que a ciclovia era pura e simplesmente um risco amarelo junto ao lancil na faixa de rodagem, isto é ridículo. Há sítios onde há espaço e há sítios onde não há, e há sítios onde se faz cem metros ciclovia e depois a seguir já não há. Há determinados sítios onde se vê uma ciclovia



muito grande, é onde há espaço com fartura. O terreno não é tão acerrimamente guardado como aqui é, o terreno aqui vale muito e às vezes ainda os próprios proprietários ainda pensam que vale mais que aquilo que realmente vale. Relativamente aos tuk-tuks está previsto no regulamento que vai ser aprovado, está previsto ver haver dentro de dois anos, salvo erro, haver tuk-tuks elétricos, portanto, e se na praia da Oura estão quatro lugares de estacionamento e se lá estão 10, cabe á GNR fazer essa fiscalização, porque a Câmara Municipal fixou há alguns anos, o número de lugares que havia em cada sítio de estacionamento para eles. Sobre a estrada do Paraíso, pedia ao Engenheiro Batalha para fazer uma explanação técnica." -----

Diretor de Departamento Paulo Batalha: "Boa noite a todos, a estrada do paraíso é uma obra de repavimentação, portanto, em termos de engenharia é uma obra relativamente simples, o que está contemplado no projeto é a fresagem todo o pavimento, a substituição das tampas de saneamento que exista no eixo central da via, os sumidouros é para manter aqueles que existem, no troço inicial quem vem de Albufeira para as Ferreiras, foi colocado pluviais, uma vez que colocamos passeio do lado esquerdo, foi colocado uma conduta de pluviais do lado esquerdo com um diâmetro de quatrocentos, e depois foi reposto o pavimento existente com as quotas que existiam no projeto antigo, estão a ser beneficiadas algumas passadeiras, à semelhança do que existe na avenida principal, estão a ser feitas algumas melhorias em termos de acessibilidades dos passeios com os pavimentos táteis, foram remodelados alguns lancis, algumas calçadas, nomeadamente junto à escola, aquela zona central da rotunda das Ferreiras, sabemos que existe ali alguns problemas de coletores antigos e de pluviais do sistema antigo, quando se fez as obras há vinte anos, que não estão bem, é preciso alguma remodelação, mas nós consideramos que estão nas condições mínimas aceitáveis, para o que nos foi pedido. O que aconteceu agora ultimamente com as últimas chuvadas que houve, é que, havia um coletor antigo, passava em direção ao campo de futebol das Ferreiras que colapsou. À semelhança do que já tinha acontecido há um ano, que houve ali uma intervenção ao início da rotunda e, estamos a reparar e a tentar perceber o que é que está a acontecer. O que estou a tentar explicar é que a obra é muito simples, e superficialmente, foi a repavimentação e algumas melhorias de acessibilidades, tudo o que está por baixo não estava contemplado no projeto, à exceção dos pluviais naquele troço final pluviais de Ferreiras para Albufeira." -----



Presidente da Câmara: "Alguém falou na carta de habitação, já está adjudicada, está para ser elaborada por uma empresa externa. Isso é uma obrigação, que apareceu naquele decreto-lei, que provavelmente vai ser alterado. Sobre a rampa do porto de abrigo, é um problema que tem sido à semelhança daquilo que se passava com o Castelo de Paderne, as questões do mar também foram só transferidas para as Câmaras Municipais, há relativamente pouco tempo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Raul Ferreira: "A minha intervenção é nesse sentido, uma vez que foi aqui referido que foi enviado do Conselho Deontológico de Faro a resposta à participação que foi efetuada, o acórdão foi lavrado e a totalidade das pessoas que lavraram o acórdão foi no sentido que não havia qualquer ilícito minha parte, ou qualquer violação dos deveres profissionais, portanto, as intervenções que tive no dia vinte e três do seis e dez do sete, nada beliscaram a minha atividade profissional, não houve qualquer violação de deveres profissionais. É bom que isso seja aqui referido, porque é fácil manchar a honra das pessoas, é mais difícil voltar a limpá-la e a pô-la imaculada, como sempre foi." -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Dário Pereira: "Visto que este ponto também diz respeito à atribuição de verbas a instituições, tive conhecimento que na APAL, o Presidente do Conselho Fiscal votou contra as contas. O Senhor Presidente consegue explicar isto, por favor?" -----

Luna Silva: "Boa noite, na linha D da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, surge o estado atual das dívidas a fornecedores e empreiteiros, no que concerne a fornecedores, o saldo da dívida a vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, é de três milhões, trezentos e setenta e nove



mil seiscentos e setenta e cinco euros e cinco cêntimos. E o saldo da dívida relativo a empreiteiros é de setecentos e dois mil novecentos e sete euros e quarenta e um cêntimos. Se compararmos com o estado da dívida a trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e quatro, um mês antes, no que concerne a fornecedores, o saldo era de cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil novecentos e quarenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos. Assim, podemos observar que houve uma redução de um milhão novecentos e cinquenta e nove mil duzentos e setenta e um euros e sessenta e quatro cêntimos, assim como o saldo da dívida relativa empreiteiros que em trinta e um de janeiro era de oitocentos e dois mil seiscentos e sete euros e sete cêntimos, havendo assim também uma redução de cento e sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos. Reduções estas que o partido Chega vem parabenizar esta Câmara." -----

Carla Madeira: "A minha questão tem a ver na transferência de valores dos contratos da delegação de competências relativamente à educação, e porque vejo os pontos a seguir em algumas reestruturações feitas em várias escolas do concelho, e não vejo nada em Paderne, eu vinha só deixar aqui um alerta a este executivo, até porque, iniciou agora o terceiro e último período escolar do ano letivo e queria só dizer o seguinte, o crescimento desta escola foi bastante grande, nomeadamente na escola EB1, em que temos crianças entre os seis anos e os dez anos. Neste momento temos sete turmas com cerca de cento e quarenta alunos, temos um recreio com quinhentos metros quadrados, temos crianças que saem das salas de aula e vão para o recreio e não podem fazer outra coisa senão correr atrás umas das outras, porque não há ali espaço para uma brincadeira, não há espaço para uma corda, para um arco, seja lá aquilo que for. Temos, no entanto, um campo de jogos sintético, logo ali acima, que é usado nas AECs, é usada eventualmente no ATL depois das cinco da tarde e, eu gostava de deixar aqui esta nota que é muito importante, porque a escola está a crescer e nós temos mais meninos. Vão sair meninos do Jardim de Infância e que serão certamente mais, irão eventualmente sair também dali para baixo, mas é importante que se veja aquele espaço e que se arranje ali um maior espaço para as crianças brincarem, porque, de facto, é bastante curto. Tem aqui outra questão, que eu gostava de ver esclarecida, que diz respeito a este ajuste direto da aquisição de novecentos e cinquenta exemplares da obra literária da escritora Dina Domingos dos Santos. Eu fui tentar procurar, porque sinceramente não conheço, eu só gostava de saber se isto foram



livros comprados para entregar nas escolas, porque, de facto, são muitos livros e é uma verba significativa. Gostava também de saber, relativamente a esta empreitada de construção de instalação para albergar uma caixa de ATM no valor também de quinze mil e oitocentos euros, de uma empresa que também fui à procura dela, e a única coisa que encontro é uma empresa que tem um CAE, diz respeito a aluguer de automóveis ligeiros e táxis. Não sei se há aqui algum erro, mas gostava de ser esclarecida. Obrigada." -----

André Lima: "Boa noite a todos, em relação a este ponto, são sempre as minhas Assembleias preferidas porque temos aqui muito mais coisas onde pegar, entre todos os assuntos eu escolhi aqui dois, que vão corresponder a três questões. Primeiro, há aqui dois ajustes diretos com advogados e com empresas de advogados, um valor de quinze mil euros, e outro, no valor de duzentos e vinte mil euros, num prazo de duas semanas. Primeira questão é, por que razão são estes dois ajustes diretos diferentes? Depois vem também a informação de que renovaram com os social media manager, cujos serviços tinham sido contratados em agosto do ano passado e tenho duas questões em relação a este assunto, visto que é um serviço que não se prevê que seja algo pontual, se há intenção de abrir lugares no quadro para este tipo de serviço, tendo em conta que o investimento que tem sido feito pela Câmara na área das redes sociais parece-me que não será uma coisa pontual, e se assim sendo, há intenção de abrir lugares, no quadro, para que estes não se tornem o que parecem ser postos de trabalho precários, até considerando que os social media forte já não é opcional e neste momento, não me parece que seja isso que temos. Segunda pergunta, no seguimento disto é, quantas e que redes sociais são geridas por estes técnicos? Obrigado" -----

Domingos Coelho: "Na página dez, consta que foi aprovado a constituição de um júri para atribuição de espaços no Centro de Acolhimento Empresarial de Albufeira. Eu gostava de saber quantas empresas e que tipo de empresas é que estão instaladas neste momento, no espaço de acolhimento empresarial?" -----

Presidente da Câmara: "O deputado Dário Pereira levantou uma questão sobre as contas da APAL, aprovadas na assembleia geral que ocorreu, pública, posso informar que apesar do Presidente do Conselho Fiscal ter votado contra, o órgão é colegial e o parecer foi favorável. Agradeço as referências da deputada Luna Silva. A deputada Carla Madeira, sobre a delegação de competências para a educação, é feita por agrupamentos, e também pode acontecer que vá para a escola de Paderne.



Relativamente ao espaço e à utilização do campo sintético, é uma questão de gestão da própria escola, do próprio diretor da escola. Relativamente à questão dos novecentos e cinquenta livros adquiridos a uma escritora, que por acaso mora no concelho, foram entregues no Dia da Mulher a todas as mulheres da Câmara Municipal, foi nesse sentido. Sobre a questão do ATM na praça, sobre esses valores, não sei qual é a empresa, o vereador Ricardo deve saber com certeza que isto é da competência dele, os mercados. As questões levantadas aqui pelo André Lima, essencialmente as questões relacionadas com a parte jurídica que são dois juristas que têm funções completamente diferentes uma da outra, portanto, um é para apoio direto e diário em pequenas questões relacionadas com o escrituras, com uma proposta para reunião de Câmara, com um regulamento, e a outra, são questões relacionadas com tribunal e com alguma substância e alguma complexidade, portanto daí essas diferenças. Em relação à questão do Domingos Coelho, neste momento estão no Centro de Acolhimento Empresarial oito empresas à espera que se faça lá umas obras relativamente à infiltração, para que tenham condições para entrar. A obra está a ser feita, e como sabe, aquilo está em conjugação, há ali uma coabitação, digamos assim, do mesmo espaço global, com a cooperativa Albucoop. A Albucoop fez uma impermeabilização que não resultou, não impermeabilizou aquilo que deveria vir a impermeabilizar e temos agora de fazer essa situação para criar condições. Portanto, estão oito empresas à espera de poder ter condições para entrar, é bom que essas condições se criem o mais rapidamente possível, e está aqui o senhor arquiteto Rui, e peço que faça o favor de transmitir aos seus serviços que a impermeabilização do Centro de Acolhimento Empresarial e não só, também da Casa do Acordeão em Paderne, e se calhar mais algum, são fundamentais, são urgentíssimos, são questões que têm que ser ultrapassadas." -----

André Lima: "É só para dizer que não respondeu às minhas segunda e terceira perguntas sobre as redes sociais." -----

Presidente da Câmara: "Sobre as redes sociais não tenho aqui dados, posso depois transmitir." André Lima: "Agradeço, se for possível, que me seja enviado." -----

Carla Madeira: "Senhor Presidente, só acerca da escola, naturalmente, eu percebo que seja da competência da direção do agrupamento. A verdade é que eu acho que para ter os meninos lá em cima também necessitávamos ter mais pessoal na escola e, se calhar, é esse o entrave ali principal, o que eu não concebo efetivamente termos ali cento e



cinquenta crianças num espaço de quinhentos metros quadrados, que para isso ficam dentro da sala, porque eles vão para a rua, porque precisam. Relativamente à construção para colocar o ATM, a minha dúvida é que, primeiro, porque acho que é um valor muito alto para colocar um ATM, naturalmente que eu não sou construtora, mas estando dentro da área do imobiliário, parece-me um valor alto e depois por uma empresa que nada tem a ver com construção, é só essa a minha dúvida, mais nada.” -----

Presidente da Câmara: “Sobre as questões da escola de Paderne, continua na mesma situação, com certeza a senhora vereadora registou assunto e irá interceder junto da direção do agrupamento para amenizar o problema. Relativamente à questão do ATM, o vereador Ricardo tomou conta da ocorrência e irá verificar se a empresa que está neste papel relativamente ao ATM, se tem capacidade e classificação para construir, esperemos sim, claro.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da Proposta de aditamento ao protocolo de colaboração celebrado entre o município de Albufeira, a Freguesia de Paderne e o Padernense Clube, para realização de obras de melhoramento e conservação do campo de futebol dos Montes Elóis no Parque Desportivo José Martins em Paderne; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: “Relativamente a este ponto, naturalmente, tenho de dar os parabéns ao executivo, à freguesia de Paderne e ao Padernense Clube, tive oportunidade de passar lá este fim de semana e perceber que realmente as obras estão praticamente acabadas, vamos no bom caminho. Apesar deste protocolo ter sido inicialmente assinado em fevereiro, parece-me a mim, dois mil e vinte e um, estamos em vinte e quatro, as coisas levam tempo, mas fazem-se graças a Deus. Agora há ali situações que eu gostaria de fazer lembrar, estamos à espera do autocarro que foi prometido e que foi dado, parece, mas ainda não chegou lá. Estamos à espera de uma verba também de vinte mil euros, que sei que inclusive já foi entregue nesta Câmara uma fatura pró-forma de uma eventual carrinha que o Padernense pretendia comprar, mas até hoje esse valor não chegou ao clube, e era extremamente importante que chegasse, não só pelo crescimento do futebol de formação que temos tido neste último ano, mas porque



temos tido um crescimento também bastante grande na área do ténis de mesa e é necessário transporte para os nossos atletas." -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, gostaríamos de um esclarecimento relativamente ao aditamento, nomeadamente relativamente aos valores. Da análise dos documentos, constatámos que o valor inscrito no projeto vinte vinte e um cinquenta e um trinta e nove da GOP vinte e quatro vinte e oito, menciona-se quatrocentos e vinte e três mil oitocentos e noventa e três euros. No protocolo assinado a doze de fevereiro de dois mil e vinte e um, o valor do investimento é de quatrocentos e cinquenta mil euros e nas informações do SGD fala-se em quatrocentos e trinta mil euros. Questionamos Senhor Presidente, qual é a diferença, e se será possível esclarecer a diferença destes valores?" -----

Presidente da Câmara: "Bom, o protocolo foi assinado em dois mil e vinte e um, é natural que, seja um valor inferior àquele que a realidade agora acontece, porque os preços aumentaram muito e, além disso, houve questões que não estava pensadas no início, por isso é que se teve de fazer um novo protocolo, porque aquele terreno é da Junta de Freguesia de Paderne e há uma terceira entidade que vai usá-lo, que é o Padernense, daí que a Câmara é dona da obra, num terreno que é da Junta de Freguesia de Paderne e com um usufrutuário que é uma outra entidade que é o Padernense. Portanto, este protocolo tripartido, porque cada um tem a sua quota-parte, digamos assim, e isso é necessidade de regularizar uma situação que foi acrescentada num determinado valor, salvo erro à volta de sessenta mil euros, por valores que se veio a constatar que eram insuficientes e por questões relacionadas com a obra em si, que não estaria tudo previsto de acordo com aquilo que agora se verificou ser necessário. Portanto, não sei se há alguma discrepância, posso mandar os técnicos ver isso, se acontece aqui alguma desconexão de valores, acho que não." -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 58.º Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, da proposta de alteração dos representantes do Conselho Municipal de Educação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Dário Pereira. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e Amplificação da Creche "Quinta dos Pardais" no âmbito do Aviso n.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e ampliação da Escola Básica Integrada de Ferreiras" no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023 - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, do PRR; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Ampliação da Escola Básica Dr. Francisco Cabrita" no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023 - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, do PRR; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Mónica Coimbra. -----



Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e ampliação da Escola Secundária de Albufeira" no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023 - Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, do PRR; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: "Quando se falou aqui sobre isto, a primeira vez eu já tinha vindo cá fazer este pedido, volto a reforçar que estes projetos, estas alterações, tudo isto que se vai fazer nas escolas, que antes de apresentarem uma coisa entregue e fechada e os projetos, que isso passe pelas pessoas que efetivamente estão no terreno, que trabalham lá, para que possam ter oportunidade de perceber o que é que vai acontecer e inclusive sugerir, porque são elas que vão estar no terreno, são elas que vão estar a trabalhar, são elas que vão estar a ocupar aqueles lugares e a ocupar todas estas infraestruturas que vão ser remodeladas e adicionadas e parece-me que fará todo o sentido funcionários, professores das escolas poderem ter acesso a isto antes de ser entregue como uma pasta fechada. Eu relembro, há muitos anos atrás, quando foram feitas as piscinas aqui em Albufeira, no projeto da piscina não tinha vinte e cinco metros no dia vinte e quatro e qualquer coisa, e veio entregue assim, e se não tivessem falado pessoas especialistas na área, professores de natação que tivessem dito isto assim não vai dar para se fazer competições nenhuma, como existem outras no Algarve nessas condições, se calhar, tínhamos uma piscina onde não poderíamos fazer as competições e as provas que fazemos lá agora. Por isso, volto a reforçar a importância para uma obra que, se calhar, agora só daqui a vinte ou trinta anos se



voltará a mexer, que seja uma coisa que fique efetivamente de acordo com o que é necessário para quem trabalha lá e para as condições que devem ser colocadas, se temos esta oportunidade.” -----

Domingos Coelho: “Só para perguntar ao Senhor Presidente, se foi possível contemplar no bloco a construir o espaço tipo cave, para reservatório de água, o que geralmente aqui no Algarve se chama, uma cisterna, como uma das formas para acumular a água e, enfim, minimizar as secas que por aí se avizinham.” -----

Presidente da Câmara: “Bom, já respondi às questões levantadas pelo senhor deputado André Lima, todos estes projetos obviamente que são feitos em variadíssimas reuniões com as direções dos agrupamentos e tem de ser, que é a voz, os representantes desses mesmos agrupamentos escolares. Não queira o senhor deputado que todos os professores e todo o corpo docente ou não docente seja ouvido por causa de uma obra. Todos os projetos são feitos em articulação com os argumentos escolares. Eu participei em algumas reuniões, a senhora vereadora participou em muitas outras, os técnicos municipais participaram em muitas outras e foi sempre um diálogo permanente entre os vários membros da direção, não é apenas o diretor, vários membros. Relativamente à questão levantada pelo deputado Domingos Coelho, acho que não está contemplado isso, mas é uma questão que futuramente terá de se contemplar neste momento já é impossível, portanto, está de fora de hipóteses.” -----

André Lima: “Senhor Presidente, eu compreendo perfeitamente que não possam ou que não queiram ouvir todas as pessoas. Vou só dar mais um exemplo, porque eu não gostava de voltar aqui daqui a dois ou três anos para dizer eu avisei. Eu era professor na Escola Secundária de Silves, quando se fez aquelas remodelações na altura do Sócrates e fizeram lá um campo exterior com uma pala em que os diretores das instalações começaram a tentar acompanhar a obra. Resumidamente, quando aquilo que foi fechado, as cortinas que se utiliza a dividir os campos cortavam os campos de basquete a meio, esse tipo de detalhe, de pormenor, parece-me que é importante que seja com pessoas da área e especializadas, senão ouviram os professores ou quem lá estiver, pelo menos alguém que saiba efetivamente do que está a falar. Não, as pessoas só responsáveis por fazer desenhos e que sabem fazer tecnicamente tudo bem dentro das dimensões e cumprir tudo, mas aquilo depois é para ser utilizado no dia a dia e é para ser colocada à disposição de população e dos alunos, é por aí que eu estou a tentar alertar.” -----



Presidente da Câmara: "Com certeza, não quero pensar que os diretores de agrupamentos não têm legitimidade para interceder em nome do agrupamento para acompanhar e para sugerir a parte funcional daquilo que é um equipamento escolar. Eu posso dizer, como caricato que pareça, com certeza que isso não vai acontecer, por mais que às vezes haja mentes que pensem que isso acontece, quando vim para o Algarve, tive no Conselho Diretivo da Escola de Loulé, que foi a primeira escola que estive aqui no Algarve, antes de abrir aqui a secundária, e a escola secundária de Loulé tinha à porta das salas os espaços para por os Skis, porque era um projeto que veio da Suécia, portanto, e provavelmente ainda poderão eventualmente lá estar. A sala onde era o Conselho Diretivo nem sequer abria uma janela, eram vidros fixos, porquê? Pela mesma razão, o projeto veio da Suécia, foi entregue ali e foi tal e qual como foi feito. Agora isso não acontece, obviamente, eu faço fé e tenho confiança naquilo que são os diretores escolares, eles é que sabem a questão de funcionalidade e sabem o que é que é preciso para acontecer. Portanto, também estive na instalação de uma escola secundária, também sei precisamente o que isso é, quando são processos que vêm fora, depois tem de se fazer alterações cá dentro, mas aqui isso não acontece, a não ser que as pessoas mudem de opinião, que é natural, se calhar, daqui a três ou quatro anos, as instalações que são agora criadas, estão desatualizadas porque as condicionantes foram outras. A escola secundária de Albufeira também não tinha salas apropriadas para computadores, porque na altura que ela foi criada, não havia computadores. Posso dizer que o primeiro projeto de fornecimento de computadores que foi um projeto chamado projeto "forja", obrigava a aprender as mesas ao chão com parafusos. Eram obrigadas a estar fixas, portanto, eu sei perfeitamente o que é que estou a falar, são coisas que são impostas de fora e depois tem de se fazer. Aqui, isso não acontece ou pelo menos não aconteceu, agora se direção da escola daqui a três ou quatro anos, quando esta reformulação tiver acabada, achar que aquilo afinal fazia falta umas instalações que não foram feitas isso o problema é da direção da escola, mas está tudo salvaguardado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Ausências: uma (01) Mónica Coimbra. -----
Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento para Concurso Público para execução da empreitada de requalificação da EM526 desde a rotunda da Orada até ao limite do concelho, pelo valor base de 849.056,60€ + IVA; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, queria só agradecer ao Senhor Presidente esta obra, que é uma obra que já falamos há algum tempo, é uma estrada que está em muito mau estado, é a estrada que liga neste caso Vale de Parra a Albufeira, por isso, muito obrigado e estou cá para ajudar em mais projetos para a freguesia." -----

Presidente da Câmara: "A obra não é feita agora, será feita no fim do Verão, porque ainda tem de ir ao Tribunal de Contas, tem que ser lançada, tem que se assinar o contrato, ainda demora aqui uns tempos, mas também não era no verão que se ia fazer. Estava elencada já há algum tempo, e agora há de ser a outra das Sesmarias dentro de pouco tempo também. Mas a primeira prioridade, como disse é a estrada da nora, tem de ser por prioridades." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----
Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do procedimento para Concurso Público para execução da empreitada de ampliação da rede de águas residuais domésticas e de Vale Pegas, pelo valor base de 1.687.254,00€ + IVA;-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Uma pergunta ao Senhor Presidente, com o reforço desta rede de águas residuais, será que a ETAR de Paderne está preparada para receber este reforço? Porque tanto quanto julgo saber, está saturada no seu funcionamento." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, queria perguntar ao Senhor Presidente, em Paderne foi feita a primeira fase dos Matos, supostamente seria feita a segunda da Ribeira de Alte, toda aquela zona e agora esta. Poderia me explicar quando é que será feita a segunda fase?" -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Já que estamos a falar em rede de esgotos, no antigo mandato nós andamos a fazer na zona das Assumadas um apanhado, que era para quatro estações elevatórias, uma grande rede de esgotos, porque a freguesia de Ferreiras, é a freguesia que menos águas pluviais e esgoto tem, inclusive até a água da rede, em alguns sítios não tem ainda água e visto que isto já foi tratado há vários anos, estou a falar daquela zona toda quando se vai para o Algoz, aquela parte toda norte de Ferreiras, fizemos ali um levantamento que era a estrada das Assomadas, para já não falar de outros sítios, e como já tínhamos feito o levantamento em tempos, era para saber como é que está o ponto da situação?" -----



Presidente da Câmara: "Isto é sempre feito em consonância com as Águas do Algarve. Se é uma assunção que está em condições de receber, se bem que está aí considerado a ampliação da própria estação de tratamento. Relativamente à questão do João Ruaça, a segunda fase da parte de Paderne Norte, irá ser feito a seguir a esta. A questão do Jorge do Carmo já está registada, não se pode fazer tudo no mesmo dia." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos para "Empreitada de repavimentação da rua do Município, Rua Miguel Torga e Rua Dunfermline-Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Na página três, no ponto cinco, ativos fixos tangíveis na família edifícios e outras construções, conta quatrocentos e trinta e dois, lê-se o seguinte: relativamente a bens de domínio privado, o município também é proprietário de alguns bens sem valor inicial atribuído, nomeadamente reservatórios e furos de captação de água, terrenos onde são implementados os reservatórios, os furos e as estações elevatórias e ainda bens cedidos em direito de superfície cujo valor patrimonial não temos conhecimento por não termos caderneta predial dos mesmos em nome do município, estando as mesmas em nome dos superficiários. Senhor Presidente, o dito nesta informação é exatamente o mesmo que foi apresentado nas Assembleias Municipais de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois e de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, ou seja, volvidos dois anos, a Câmara Municipal continua sem ter conhecimento dos valores patrimoniais dos bens acima indicados, justificando que não tem na sua posse as cadernetas prediais em nome do município, estando as mesmas em nome dos superficiários. Ora, se a Câmara tem conhecimento dos artigos matriciais destes imóveis, bem como o número de contribuinte fiscal dos superficiários para resultado da celebração do contrato de direito de superfície, como é que se justifica que, até à presente data, não tenha conhecimento dos valores patrimoniais destes imóveis? Por fim, relembro a Lei de Bases Gerais de Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, lei número trinta e um barra, dois mil e catorze de trinta de maio que refere o seguinte, artigo trinta: o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais podem constituir o direito de superfície sobre bens imóveis integrantes do seu domínio privado para a prossecução de finalidades de política pública de solos nos termos da lei. E artigo setenta e seis, registo predial, inscrição, matricial e cadastral: estão sujeitos a registo predial, a inscrição matricial, bem como



a georreferenciação e a inscrição no cadastro predial os factos que afetem direitos reais relativos a um determinado imóvel ou lhe imponham um ónus nos termos da lei. Face ao exposto, aguardo que o Senhor Presidente se pronuncie sobre o mencionado.”

Presidente da Câmara: “Com certeza que não me vou pronunciar aqui sobre estas questões relacionadas com a valorização do património, a questão das cadernetas prediais ou não existência delas e vou alertar os serviços para que se possa solucionar esse problema, se realmente é um problema, parece que sim, pelo menos é uma lacuna e que, com certeza, será ultrapassada. Portanto exorto aqui a senhora diretora no sentido de tentar resolver o problema ou trabalhar nesse sentido.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Carla Valério, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Relativamente à prestação de contas, Albufeira Prometida fez uma análise criteriosa dos documentos e, referente ao balanço verificámos um recorrente e persistente recurso ao termo “outros”, tanto em termos de rubricas classificação funcional e patrimonial, bem como na referência de materiais, centros de estudo e mapas anexos ao balanço, o que dificulta uma apreciação clara e pormenorizada da



prestação de contas. Gostaríamos de saber o porquê do aumento da dívida a fornecedores e outras contas a pagar de dois mil e vinte e dois, para dois mil e vinte e três, em cerca de três milhões de euros. Na parte das contas a receber constatámos um aumento de um milhão cento e vinte e oito mil duzentos e trinta e quatro euros, de dois mil e vinte e dois, para dois mil e vinte e três, que na nota dezoito do anexo ao balanço aparece como "outros". Do que se trata Senhor Presidente? No passivo recorrente verifica-se um aumento para mais do dobro da rubrica de deferimentos de dois mil e vinte e dois, para dois mil e vinte e três, de um milhão duzentos e quatro mil euros, quatrocentos e trinta e cinco para dois milhões, novecentos e oito mil trezentos e noventa e três euros, a que se deve este aumento e porque não se nota no balanço? Sobre a demonstração de resultados, na rubrica de gastos com pessoal, teve um acréscimo de três milhões de euros, de dois mil e vinte e dois, para dois mil e vinte e três, ou seja, um aumento de onze virgula sessenta e sete por cento. Em dois mil e vinte e um, era de vinte e três milhões, dois mil e vinte e dois, vinte e cinco mil virgula nove milhões, e agora cerca de vinte e oito virgula oito mil milhões. Não podemos dizer que este acréscimo de custo com pessoal é derivado da transferência de competências, pois é um valor muito superior ao esperado. Gostaria que o Senhor Presidente nos elucidasse o motivo pelo qual as despesas com o pessoal aumentaram, em cerca de dez por cento, tendo havido uma quebra de vinte e oito trabalhadores de dois mil e vinte e dois, para dois mil e vinte e três. Por outro lado, as despesas com aquisição de bens e serviços aumentaram, doze virgula trinta e um por cento para o valor de trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e três mil euros, um acréscimo de quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil euros, o que demonstra bem o que temos vindo a referir e a alertar, a excessiva terciarização de serviços e o constante recurso a contratação externa. Alertámos mais uma vez que este nível de despesa muito dela fixa, não é compatível a curto e a médio prazo e que terão de ser tomadas medidas de contenção que passarão inequivocamente por reduzir o nível de serviços externos e aproveitar melhor os recursos humanos existentes. O município não precisa de mais funcionários, salvo raras exceções em áreas muito específicas, necessita sim de motivar e afetar onde são realmente necessários. Sobre a análise orçamental, na parte referente à receita orçamental, verificamos uma quebra acentuada de mais de doze por cento da receita de IMT, o que tinha batido o recorde em dois mil e vinte e dois, e que agora baixa. Esperamos sinceramente e desejamos que tenham especial atenção



com esta situação, pois não sabemos se será apenas conjuntural ou se é uma tendência que veio para ficar, pois grande parte do aumento da receita advém desta rubrica. Por outro lado, gostaríamos também de saber a que se devem enormes aumentos das rubricas de outras receitas correntes em mais de oitocentos mil euros e de outras receitas de capital em mais de quatrocentos e cinquenta mil euros. Continuamos a constatar um aumento contínuo de despesas com pessoal, mesmo com um decréscimo de número de funcionários de, mil trezentos e cinquenta e dois, em dois mil e vinte e dois, para mil trezentos e vinte e quatro, em dois mil e vinte e três, e a despesa aumentou mais dois vírgula cinco milhões de euros. Sabe porquê Senhor Presidente? Gostaríamos que nos esclarecesse. A aquisição de bens e serviços aumentaram cerca de dois milhões de euros, mantendo assim a tendência de crescimento que já vem de outros anos e que não tem a ver com o aumento de combustíveis e de energia, pois esses valores até baixaram. Alertámos mais uma vez que este nível de despesa corrente, muito dela fixa não é compatível a curto e médio prazo e que terão de ser tomadas medidas de contenção e que passarão necessariamente pela redução dos serviços externos. Observámos e mantemos o padrão de gastos nos últimos anos, em que oitenta e cinco por cento, é gasto em despesas correntes e apenas catorze por cento em despesas de capital, o que confirma a excessiva dependência de aquisição de serviços externos e pouco investimento em infraestruturas e equipamentos. Verifica-se também um aumento de transferências correntes para instituições sem fins lucrativos, o que saudamos, mas que deve ser acompanhada e fiscalizada, bem como o apoio às famílias que deve ser mantido e reforçado. Sobre o PPI, quanto às rubricas de investimento, verifica-se um pequeno acréscimo das mesmas relativamente ao ano de dois mil e vinte e dois, verifica-se à semelhança dos anos anteriores, uma baixa execução do PPI de trinta por cento, sendo que, em dois mil e vinte e dois foi de vinte e oito por cento, o que é manifestamente pouco face às necessidades do concelho e revela bem o nível de concretização do que foi definido e planeado. Temos execuções bastante baixas em áreas importantes e fulcrais para a nossa comunidade, como os serviços individuais de saúde zero vírgula sessenta e dois por cento e educação vinte e sete vírgula vinte e um por cento, habitação vinte e um vírgula vinte e quatro por cento, ordenamento do território dezoito vírgula vinte e nove por cento, portanto, notamos alguma melhoria, mas que efetivamente fica aquém do necessário para a resolução da problemática em termos nestas áreas fundamentais. Continuamos a



registar que os projetos colocados no PPI são apenas um conjunto de intenções e que servem para dizer que se tem a intenção de fazer, e que já pensaram nisso, mas na realidade não passa do papel e que servem apenas para entreter a população e não para resolver as necessidades. Ora, só em pessoal e aquisição de bens e serviços, o município gasta mais de sessenta e sete milhões de euros, ou seja, seis vezes mais do que investe na melhoria de infraestruturas e equipamentos para a saúde, educação, habitação, saneamento, estradas, cultura, entre outros, necessários para o bem-estar de quem cá habita e de quem nos visita. Recebemos efetivamente cento e quarenta e quatro milhões de transferências correntes no âmbito participação comunitária em projetos cofinanciados e dois milhões, seiscentos e vinte e dois mil euros de transferência de capital e participação comunitária em projetos cofinanciados, o que nos parece manifestamente pouco e inferior ao recebido no ano passado. Por isso, com certeza que o Senhor Presidente nos irá esclarecer sobre todas estas questões e que merecem toda a sua atenção." -----

Luna Silva: "A prestação de contas de um município é das matérias mais tensas e mais complicadas para um membro de uma Assembleia Municipal conseguir ler, analisar e deliberar de forma responsável. Tal é só a sua complexidade que este ponto a deliberar tem na sua totalidade quatro mil setecentos e noventa e duas páginas. Os deputados desta Assembleia têm exatamente dez dias para analisar as contas deste município, no total de quase cinco mil páginas. Prosseguindo, e permitam-me que arredonde os valores, de acordo com a demonstração do desempenho orçamental do ano dois mil e vinte e três, a receita efetiva apresenta um valor de cento e cinquenta e um milhões de euros, com um saldo de gerência de quase quarenta e nove milhões de euros, uma receita corrente de noventa e nove milhões de euros e uma receita de capital de três milhões e setecentos mil euros. Já a despesa efetiva apresenta um total de noventa e dois milhões de euros, com uma despesa corrente de setenta e nove milhões de euros e uma despesa de capital de treze milhões de euros. Sucede que, mais uma vez, a Câmara Municipal de Albufeira continua a apresentar um aumento na despesa corrente, uma diminuição na despesa de investimento e uma baixa taxa de execução na taxa de investimento e, apesar do saldo orçamental ser positivo, facto é que esta Câmara continua a apresentar taxas de valores elevados em rubricas como a aquisição de serviços e despesas com pessoal e valores reduzidos em rubricas como a saúde, habitação e educação. Valores desproporcionais face ao aumento da receita,



muito ele devido ao aumento do saldo de gerência, resultando assim numa má gestão e numa má execução do orçamento, pelo que o partido Chega irá votar contra.” -----
Presidente da Câmara: “Relativamente à senhora deputada Carla Vieira, fez uma afirmação que é um déjà vu, que o PPI é um conjunto de intenções, obviamente que é um conjunto de intenções, aliás, qualquer orçamento é sempre um conjunto de intenções. Umas realizam-se outras não se conseguem realizar por várias razões, que não é apenas e só estar lá escrito no papel. Sobre a questão da gestão do pessoal e outros aspetos depois quero pedir a palavra ao senhor vereador Ricardo Clemente, que tem o pelouro desta área, para poder responder mais em pormenor e mais tecnicamente. Relativamente à questão dos fundos, é natural que haja um decréscimo, até porque o Algarve, no quadro 20 20 estava já em fase chamada “phasing out” e já ultrapassou o objetivo um, portanto, é notório, é conhecido que o Algarve tem tido muito menos fundos de ano para ano nos POs regionais, não a nível da Europa. Relativamente à questão do IMT, não é novidade nenhuma aquilo que disse, o IMT é o imposto muito de contingência, varia conforme a situação económica das pessoas, a situação económica da Europa, do mundo e, nomeadamente de Portugal. Eu já estive na gestão desta Câmara há anos, em que diante o IMT era dois milhões de euros, durante a pandemia, evidentemente que durante a pandemia não se vendia casas, no entanto isto não foi para o charco nem foi ao fundo, continuou-se a fazer obras, continuou-se a fazer investimento, continuou-se a investir nas pessoas, que não deixa sem investimento, embora às vezes seja considerado que são despesas correntes, as despesas correntes não são nenhum papão nem vem daí nenhum mal ao mundo. Nas despesas correntes também está a compra de água às Águas do Algarve, também está ali o pagamento dos resíduos à Algar, por exemplo, a limpeza urbana está ali, portanto isso é tudo despesas correntes, não é só gastos que aquilo que às vezes sente que são considerados, que poderão vir a ser para alguém, gastos supérfluos. A questão do subsídio ao arrendamento, enfim, uma série de despesas que são correntes, mas não são negativas, antes pelo contrário, são extremamente positivas, porque não é apenas receitas de investimento fazer obras. É claro que as obras também fazem falta, isto está tão dependente, supomos que os concursos que estão agora já em execução, nomeadamente o Lar das Fontainhas, que são à volta de oito milhões de euros e a unidade de cuidados continuados da Guia, à volta de quatro milhões, supomos que essas obras foram concursos e uma hipótese do primeiro concurso ter concorrentes, a



execução de investimento era muito superior àquela que aconteceu, e aconteceu porquê? Porque não houve concorrentes e o concurso teve de ser reaberto novamente e começou agora a obra já este ano. Ora, do ano passado não se realizou nenhuma destas obras, no entanto ter-se-ia realizado, provavelmente, dois ou três milhões a cada uma delas e já há uma execução completamente diferente. Diz também aqui a questão da habitação, educação, saúde, eu também já disse aqui várias vezes e veio aqui a esta Assembleia a questão da educação, há aqui vinte e nove milhões e tal de investimento na educação, esses vinte e nove milhões e tal não estão aqui inseridos no orçamento, porque não ainda uma receita já consignada, é uma candidatura ainda. Essas obras vão ser financiadas, as candidaturas vão ser com certeza aprovadas, com esse valor ou valor inferior, e então esses valores entram para a receita e aí já é executado no âmbito da educação, o mesmo se passa com saúde ou com a habitação. Nós temos cento e nove frações e dentro de poucos dias irá a concurso. Temos mais trinta frações, junto ao mercado dos Calijos, dentro de poucos dias também irá a concurso. Só entra no orçamento quanto realmente houver financiamento." -----

Vereador Ricardo Clemente: "Só para reforçar e mencionar algumas coisas que não foram aqui mencionadas pelo senhor Presidente, nomeadamente a questão com o custo com o pessoal, justificar o aumento a que se deve, e essencialmente deve-se ao aumento do salário mínimo, e o aumento também nas carreiras de assistente técnico, o aumento também nas carreiras de técnico superior, e esta é a razão que se explica o aumento da rubrica com custos com o pessoal. Sobre a questão das despesas correntes, vivemos num município que é totalmente turístico e um ano bom turístico, para nós representa um custo de despesas correntes maior e acho que é perfeitamente perceptível tudo isso, daí termos que estar devidamente preparados para fazer face às diferentes despesas de vária ordem que são necessários realizar. Sobre uma questão que aqui também foi mencionada, sobre os diferimentos de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três, o aumento deve-se em grande parte à assunção de verbas transferidas no âmbito do financiamento do PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, esses valores serão reconhecidos como ganhos quando cumpridas as condições para tal. Há pouco, o Senhor Presidente também falou, nós só iremos incluir no orçamento os avisos que forem considerados e as obras que estiverem devidamente consideradas. Sobre a despesa de capital, já várias vezes foi aqui referido, aquilo que aconteceu e, de facto, o desvio, agora voltando um pouco



atrás, na parte da receita, o desvio é positivo, ou seja, quer no ano anterior em dois mil e vinte e dois, quer em dois mil e vinte e três, temos tido um desvio positivo. O ano passado um pouco menor, mas são desvios positivos. Sobre a questão da despesa de capital e da sua execução, de facto, já foi aqui mencionado, há vários fatores que levam que a despesa de capital, por vezes, enquanto um desfazamento sobre o executado e o orçamentado elevado, e prende-se com os concursos desertos e estamos a falar de verbas, algumas delas são montantes elevados que estão devidamente cabimentados e, naturalmente, que vai fazer depois uma moessa no final do orçamento, criando aqui, digamos, um desvio superior na questão daquilo que é orçamentado e depois aquilo que é que é executado. Julgo com isto responder aqui algumas questões levantadas. Da nossa parte, o interesse maior é executar, mas naturalmente que aqui há as vicissitudes naturais que ultrapassam a todos nós, e dizer também que a prestação de contas, todo o conjunto é um conjunto de documentos que espelha toda a atividade exercida na Câmara através das suas deliberações e também das deliberações desta Assembleia e está devidamente aqui explicado. Outra questão que aqui já foi colocada sobre a questão da rubrica "outros", dizer que, nós cumprimos tudo aquilo que são as normas contabilísticas atribuídas, não só se encontra de acordo com as instruções e resolução do Tribunal de Contas, ou seja, tudo o que aqui está, está devidamente e de forma transparente de encontro com aquilo que são as normas exigidas pelo Tribunal de Contas e pelo Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas e a rubrica "outros", ela encontra normalmente na GOP a definição daquilo a que se refere essa rubrica, ou seja, se existe é porque a rubrica legalmente existe, tem a sua correspondência, se quiserem podemos fazer chegar as faturas e tudo aquilo a que a despesa corresponde em cada uma dessas rubricas." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----
Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----
Abstenções: oito (08) Francisco Oliveira, Domingos Coelho, Silvia Dias, André Lima, Carla Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Albufeira Prometida apresentou declaração de voto. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente à proposta de cedência gratuita do direito de superfície de uma parcela de terreno sito na Guia, à sociedade Mundo Aquático, S.A; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "O partido Chega quer apenas deixar uma palavra de apreço e de reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a escolha do ónus desta cedência de direito de superfície à sociedade mundo aquático que consistiu na cedência de trezentas entradas anuais às instalações do Zoomarine e crianças com necessidades económicas deste município. Contudo, a documentação entregue não é clara e é pouco esclarecedora, suscitando dúvidas quanto ao seu procedimento, pelo que o partido Chega irá votar abstenção." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Alteração da Composição do Conselho Municipal de Segurança; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Carlos Quintino: "Digníssima, Assembleia, a bancada do PSD/CDS congratula-se por esta proposta de alteração da composição do Conselho Municipal de Segurança que teve como sua origem, precisamente uma da proposta elaborada por esta bancada e que se refere concretamente à composição do Conselho de Segurança e, sendo assim, aquilo que aqui se vem propor agora por parte do executivo a esta Assembleia é que o regulamento seja alterado, nomeadamente o artigo quinto alínea n), fazendo incluir na composição deste Conselho um elemento de cada bancada municipal representado nesta assembleia." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento da Taxa Turística do município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Pedimos esclarecimento do seguinte, da receita proveniente da taxa turística estimada em cerca de nove milhões de euros, não conseguimos perceber porque o documento é algo vago, que garantia existe que a receita é aplicada significativamente em áreas prioritárias? Não seria importante que o executivo determinasse quotas específicas de aplicação nestas áreas?" -----

Luna Silva: "De acordo com a nota justificativa do regulamento da Taxa Turística do Município de Albufeira, o presente regulamento visa assegurar que recursos



necessários ao desenvolvimento do turismo sejam também assegurados pela própria atividade turística através da contribuição dos próprios turistas. A taxa municipal turística é a contrapartida da singular fruição pelas pessoas que pernoitam em empreendimentos turísticos, sendo que são as entidades exploradoras dos empreendimentos turísticos que devem garantir a transação dos valores da cobrança da taxa, bem como o seu processamento. E por tal, também têm o direito de se pronunciar sobre esta medida. Assim, eu pergunto ao Senhor Presidente se os hoteleiros do município foram consultados previamente no sentido de saber a sua posição relativamente à aplicação da taxa turística e proponho ainda que venha a constar na tabela das isenções da aplicação de uma taxa turística, os hóspedes que visitam a cidade por motivos de trabalho.” -----

Raúl Ferreira: “Relativamente a esta matéria, o grupo parlamentar do MIPA fica satisfeito por vir a esta assembleia esta proposta. Efetivamente, achamos e pensamos, peca apenas por ser tardia, e ao longo destes anos, temos como resulta aqui da consulta da proposta, o município tem estado a deixar fugir, falando palavras simples, cerca de nove milhões de euros que certamente podiam fazer a diferença nos orçamentos deste município, facilitando que outras verbas fossem utilizadas em setores que já aqui foram falados, como a habitação, saúde, educação, parece quase a música do Sérgio Godinho, essas coisas todas. Portanto, eu penso que há que ter aqui alguma cautela na utilização desta taxa, nós sabemos que, sendo uma taxa, tem de ser alocada ações do turismo, eu fazia aqui um apelo ao Senhor Presidente, aliás, o meu colega do PS também muitas vezes fala na cultura, eu volto a falar, se nós queremos um turismo de qualidade, temos que apostar também em algumas situações que fazem a diferença e penso que a cultura será uma delas que fará diferença na oferta turística e na captação de turistas que nós pretendemos, que seja um pouco diferente daqueles que habitualmente nos visitam, que são necessários para algumas atividades, mas, no meu entender, que seriam dispensáveis em tanta quantidade.” -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, a bancada do PSD/CDS entende que é oportuno fazer submeter esta casa a aprovação desta taxa e aplicá-la nos critérios que o executivo entende com este regulamento. Lembro que o número de dormidas anuais rondam os sete milhões, aquilo que é o desgaste na utilização das infraestruturas públicas é brutal, o dimensionamento das infraestruturas não é para quarenta nem para cinquenta, é para quinhentos mil, isto tudo tem encargos, não só a



sua construção, mas depois também a sua manutenção e, portanto, parece-me de lamentar justiça que esta taxa seja implementada e aquilo que é o desgaste dessas infraestruturas e de utilização da nossa cidade na sua generalidade pelos turistas que cá venham, seja desonerado aos municípios, entre aspas, e que essa verba agora seja imputada aquilo que é os seus utilizadores, acaba por ser aqui um pouco a utilização do princípio que eu defendo há muito que é o princípio do utilizador pagador e, portanto, o PSD/CDS está absolutamente de acordo com aquilo que é a implementação desta taxa, deseja que ela seja bem aplicada e que tudo resulte bem para que já possa ser implementada no decorrer do verão de dois mil e vinte e quatro." -----

Domingos Coelho: "Reforçar um pouco a intervenção do deputado Raúl Ferreira, no sentido de que a cultura também seja integrada, digamos que, neste âmbito da taxa turística, porque hoje o que faz, penso que a diferença entre as cidades é principalmente, a questão cultural, no sentido lato sensu, nunca esquecendo a parte que me muitas vezes se fala, digamos da cultura um pouco mais erudita. Penso que muitas vezes aqui entende-se a cultura muito mais para a questão da cultura popular e esquece a outra parte e penso que tem de haver aqui um balanço entre as duas componentes da cultura. Tendo em conta essa, digamos, capacidade de dinamização turística através da cultura, tem todo o sentido que a cultura também entre, digamos, que neste bolo a distribuir pela taxa turística." -----

Adriano Ferrão: "Só um pequeno reforço, o meu colega Carlos Quintino trouxe aqui uma utilização dessas verbas que são provenientes desta taxa turística para as infraestruturas, para toda a dinâmica, no fim de contas que existe de desgaste das mesmas e, por isso, uma compensação, uma ajuda que o município terá extra para colocar aí algumas verbas e reabilitar aquilo que se vai desgastando. No entanto, também aqui vieram, do outro lado, falar quer o meu colega Raul quer o Domingos Coelho vieram falar da parte da cultura, e depois até a cultura erudita, eu diria também que aquilo que faz a diferença dos municípios, que os singulariza dos municípios que estão ligados ao turismo é o seu património, e o património vai para além da cultura, vai pela valorização patrimonial que tem. É isso que marca a diferença entre os municípios atualmente. Atualmente, todos copiam os modelos de entretenimento, de lazer, todos copiam uns dos outros, há uns que já fazem esse trabalho há mais anos e os outros vêm atrás, vêm nessa situação, copiou se Côte d'Azur, as costas amafitanas de Itália, depois a Costa sul de Espanha, não é? E, aliás, nós fomos um bocado modelo



desse arrasto e trouxemos até para aqui, para Armação e para e Rocha, os modelos de Torremolinos e daquelas situações assim que agora estão a ser implodidos. De qualquer maneira, o que nos faz a nós ser diferentes dos outros e a cultura própria no sentido também patrimonial, e nós temos pouco património material e ligamos pouco ao nosso património imaterial, talvez tínhamos que dar um olhar mais intenso e mais profundo sobre estas questões patrimoniais para marcarmos essa nossa singularidade e marcarmos uma posição, porque somos um destino turístico balnear semelhante a muitos outros e que está em competição perpetuamente com todos esses mesmos destinos." -----

Presidente da Câmara: "Obviamente que esta taxa turística já deveria ter sido implementada, vai ser agora, esperemos que nos primeiros dias de Maio já esteja a ser devidamente cobrada, porque depois da aprovação carece de publicação no Diário da República e só depois, a partir daí é que estará em vigor. Sobre as questões relacionadas com o destino a dar às verbas arrecadadas com a taxa turística, está aí claro a questão das praias, pode ser os acessos às praias, limpeza das praias, que é a Câmara que faz e que custa bastante dinheiro. A questão de manter os espaços verdes e os percursos, o turismo em si, portanto a questão da promoção turística, a segurança, aqui está a questão do património, atividades culturais, projetos de sustentabilidade, que agora é o prato do dia, digamos assim, construção e conservação de infraestruturas em zonas importantes e a construção e conservação de outras infraestruturas turísticas. Obviamente que tudo isto está aqui de uma forma genérica, não podendo estar com certeza aqui a construção de uma estrada, ou a reparação de uma estrada, ou um espaço verde requalificado, evidentemente que depois ano a ano é que vai havendo o plano de atividades e orçamento para se poder fazer. Portanto, acho que isso está aí relativamente claro, onde não falta aqui as atividades culturais e a questão do património cultural, não apenas do património cultural material, mas também imaterial." -----

Luna Silva: " Senhor Presidente, esqueceu-se de responder às minhas questões, se consultou os hoteleiros do município para saber qual é que seria a posição deles sobre a taxa e a outra questão foi uma proposta que se coloque na tabela das isenções, os hóspedes que venham a cidade por motivos de trabalho." -----

Presidente da Câmara: "É preciso ver que a taxa foi publicada no Diário da República e teve em discussão pública. As pessoas puderam, naturalmente, constituir-se como



interessados e propor alterações ou algumas delas apenas dizer que estavam inteiramente de acordo. Tive vários hoteleiros há uns dois anos para cá a dizer-me que era importante levar a efeito esta taxa turística, porque como já alguém disse aqui, isto é desonerar aquilo que são os residentes no fundo e é de alguma forma, tentar ir buscar aquilo que os turistas trazem em termos de gastos. Porque nós temos quarenta e quatro mil residentes, temos dos censos dois mil e vinte e um, e nós no mês de agosto chegamos a ter quinhentas mil pessoas aqui em Albufeira permanentemente. E como é que se faz a gestão? Ainda vêm dizer que é uma gestão errada, vêm dizer que gasta-se tanto dinheiro em despesa corrente, pois gasta-se, porque nós recebemos do Estado como se tivéssemos quarenta e quatro mil pessoas sempre, é que as pessoas não sabem isso, e isto deve ser dito e tem que ser dito, portanto, nós não recebemos mais nada do Estado, como outro município do interior do país e não estou aqui a menosprezar o município do interior do país, com o mesmo número de habitantes, quarenta e quatro mil pessoas, que não têm nem pouco mais ou menos os problemas de Albufeira, conforme já falamos aqui das águas residuais, já falamos aqui na questão das vias de comunicação, na limpeza das praias, na própria promoção turística, esse município recebe a mesma coisa em termos de apoios das transferências do Estado central que recebe Albufeira. Até Albufeira em termos de gastos, não tem mais? Tem muito, muito mais, portanto, no fundo esta taxa turística é um pouco a justiça. Agora, se formos colocar aqui todos aqueles que vêm trabalhar, em proveito próprio, nas suas empresas a fazer aqui estadia, depois às tantas tiram mais três dias para trabalhar, quer dizer, daqui a pouco, ninguém pagava nada da taxa turística. Não concordo." -----

André Lima: "O senhor deputado Adriano fez a assistência para conseguir brilhar cerca do património material e da cultura, o que viemos aqui a falar, espero, gostaria eu, que este dinheiro que se fala que vai ser utilizado património e cultura, seja para a tal sala de espetáculos e eventos que já falamos aqui, que seja investido nisso e que não seja para fogos de artifício, avionetas e que seja efetivamente para cultura e património." -----

Presidente da Câmara: "Essa sala de espetáculos já começou os primeiros passos, está já em andamento. É uma das razões, independentemente de haver taxa turística ou não, já está a ser trabalhada nesse sentido." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) José Vila-Nova. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Carlos Gabriel, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

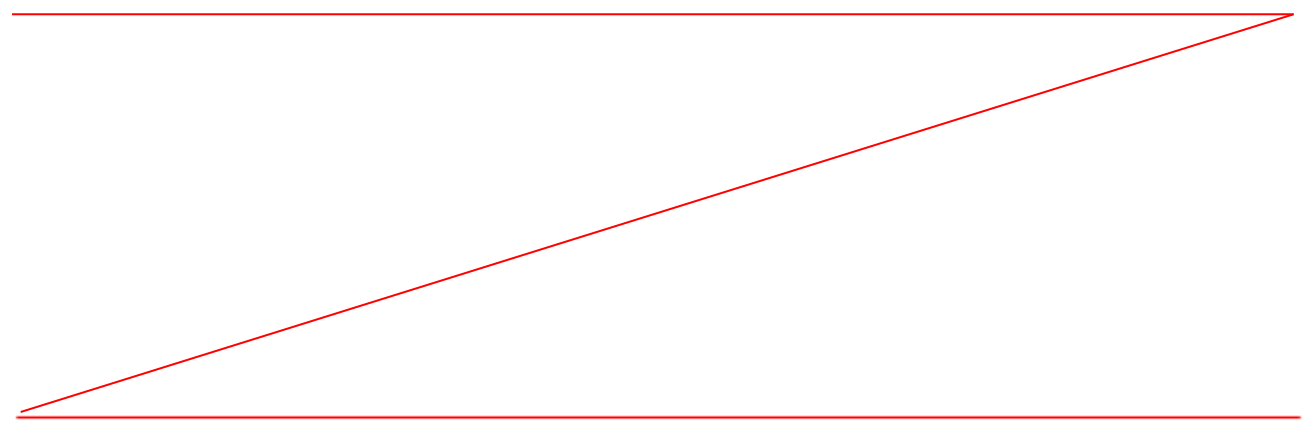
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 8 de abril de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



**DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 12****PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO RESPEITANTES AO ANO DE 2023**

Albufeira Prometida continua a verificar os mesmos vícios e erros que tem sistematicamente referido, como a suborçamentação, a excessiva terciarização de serviços, o constante aumento com o custo com o pessoal sem que isso revele melhoria dos serviços ou redução de aquisição de serviços.

A falta de cobrança de dívidas à autarquia que ultrapassam os 5,5 milhões de euros, a errática gestão da autarquia que implica mais de 40 alterações/revisões orçamentais e constante recurso a transferência de verbas entre rubricas, fazem com que não mereçam aprovação as contas do exercício findo em 31/12/2023.

Por mais que Albufeira Prometida faça uma oposição pela positivo com contributos de alteração de políticas, a verdade é que não têm sido acolhidas pelo Executivo.

Apesar de sermos o segundo município do país, de média dimensão, em termos de receita total e termos libertado mais verbas para a gerência seguinte em 2023, em cerca de 10,5 milhões de euros, já contratualizamos um empréstimo de 17,6 milhões de euros que ainda não entraram nas contas.

Estamos expectantes para o resultado dos projectos e financiamentos do PRR no presente ano de 2024, porque são fundamentais aproveitarmos estes fundos para o futuro, devendo ser reforçado o gabinete de candidaturas, aproveitando os técnicos superiores que entraram recentemente no Município.

É urgente a conclusão do processo da transição digital, de modo a modernizar e agilizar os serviços, e tornar a Câmara mais célere e eficiente na resolução dos problemas.

Albufeira Prometida considera que o Executivo deverá rentabilizar recursos humanos e financeiros apostando nas obras por administração directa e nos serviços feitos por pessoal da autarquia de modo a reduzir a contratualização de serviços externos que são um grande peso nas despesas do Município.

Pelos motivos citados, as deputadas da bancada do Albufeira Prometida votam contra.

Albufeira, 08 de Abril de 2024